



Relatório Anual 2022

SUMÁRIO

03 Mensagem aos Cooperados

15 Bem-Estar no Trabalho

23 Demonstrações Financeiras

05 Propósito, Missão e Valores

16 Programas de Boa Ação
Pré-Assembleias

65 Relatório do auditor independente

07 A casa de Milhares de Cooperados

17 Números do Sicoob Credivale em 2022

68 Parecer do Conselho Fiscal

07 Atuação do Sicoob Credivale

EXPEDIENTE - RELATÓRIO 2022

08 Troca de Experiências e Conhecimento

Cooperativa de Crédito Credivale - Ltda - Sicoob Credivale
CNPJ: 25.387.655/0001-95
Rua Antônio Alves Benjamin, 241 - Centro - CEP: 39800-021
Teófilo Otoni-MG.

08 Encontro de Retenção de Riquezas

Conselho de Administração

Presidente: Francisco Costa Júnior

Vice-Presidente: Leonardo Martins Pacheco

Conselheiros Vogais:

Antônio Marcelo Guedes
Fabrício Gomes Costa
Geraldo Timo Pena
Rodrigo Wilson da Mata Soares

Conselho Fiscal

Membros Efetivos:

Fenando Fernandes Gomes
Gildásio Andrade Gomes
Bezaniro Pereira dos Santos

Membros Suplentes:

Alirio Marcelo de Souza Costa
Edwaldo Gil de Moura
Thaise Vieira da Silva Santos

Diretoria Executiva

Diretor Administrativo: Marcos Aurélio de Oliveira

Diretor de Controles e Riscos: Célio Souza Neves

Diretor de Negócios: Mafran Dias Da Costa

Supervisão Editorial
Matheus Almeida

Edição, Composição :
Marketing Sicoob Credivale
Cristiano Lehmann

Constituição: 9 de maio de 1988
Início das atividades: 1º de novembro de 1988
Autorização do Banco Central do Brasil (BACEN): 899/88 - de 5/9/88
Registro na OCEMG: 662/88 - em 12/8/88
Registro na Crediminas: 9 - em 12/8/88
Inscrição Municipal: 5.4.0160

09 Distribuição de Sobras
Expansão e Reformas

11 Onde nenhuma outra chegou
A Volta dos Eventos Presenciais

14 Cooperativismo em Ação

MENSAGEM aos COOPERADOS

Prezados,

O ano de 2022 foi histórico para o Sicoob Credivale.

O crescimento do sistema cooperativista em todo país alavancou uma evolução nacional expressiva e o Sicoob Credivale ritmou-se na mesma dinâmica, obtendo uma superação extraordinária em resultados e surpreendente aumento no número de associados.

A cooperativa dos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus, está representada atualmente no Conselho Administrativo do Sicoob Central Crediminas. Em 2022 fui eleito um dos conselheiros que compõem a gestão do sistema mineiro. Sou membro figurado de uma grande e valiosa cooperativa com mais de 22 mil associados, orgulhoso e sabedor do que essa posição significa para o fortalecimento da nossa Credivale.

O cooperativismo, diante da sua essência humana e justa, possibilita memoráveis feitos. No ano que findou tivemos a satisfação de implementar ações primoráveis nos âmbitos: financeiro, social, estrutural e de qualificação profissional. No aspecto financeiro os associados foram contemplados com parte das sobras dos resultados do ano depositados diretamente em suas contas corrente pela primeira vez. Contaram também com taxas de juros e tarifas menores em serviços e empréstimo, além de taxas maiores em aplicações. Na questão social criamos o “Coral Vozes da Credivale”, composto por crianças que se encontram em vulnerabilidade social, selecionadas pela aptidão e dom para o canto, com intuito de oportunizar seu desenvolvimento, seu olhar para arte como meio de felicidade e desenho para o seu próprio futuro. Expandimos e aprimoramos o projeto social de educação financeira voltado para crianças em fase de alfabetização, por meio do teatro “Cooperina em ação”, cujos atores são funcionários do Sicoob Credivale treinados para a ação educativa voltada para esse público. Investimos em uma turnê em várias cidades onde possuímos agências e muitas crianças tiveram acesso a esse programa de ensino que acreditamos ser uma semente lançada ao solo do futuro. No que diz respeito a estrutura física, prezamos pelas reformas nas agências a fim de valorizar nosso associado e funcionário, trazendo-lhe conforto, comodidade e melhor acolhimento no seu espaço. Com relação aos nossos profissionais, investimos em qualificação, capacitação e alcançamos o selo da GPTW que valida empresas e instituições, através de pesquisa, acerca do seu ambiente e de condições de trabalho fornecidas. Assim, nossa cooperativa é considerada um dos melhores lugares para se trabalhar.

Conquistamos mais do que havíamos projetado para o ano de 2022. Agora é tempo de projetarmos inéditos sonhos, expectativas e desejos, novas metas! Desta maneira, 2023 será nosso ano de conquistar mais espaços com a abertura das agências nas cidades de Pedra Azul-MG e em Vitória da Conquista-BA. Almejamos o crescimento em números e em disponibilizar acesso a outras pessoas, oportunizando assim uma vida financeira com justiça.

Graças à Deus, ao nosso conselho de administração, diretores, delegados, associados, funcionários e parceiros da sociedade como um todo, enumeramos nossas vitórias. São pessoas com um mesmo querer que conquistam coisas. Toda minha gratidão a esse grupo, cada qual no seu segmento, cumprindo o seu papel com a mesma motivação de fazer a diferença na sociedade por meio do seu trabalho e da sua contribuição.

Conclamo a todos para mais um ano de vida e trabalho em cooperativa!

Abrços,

Francisco Costa Júnior

Presidente do Conselho de Administração





SICOOB CREDIVALE

Sicoob Credivale, muito mais que um banco, uma cooperativa de crédito que atua há 35 anos com solidez no mercado! Promovemos em 2022 ações na construção efetiva de uma sociedade melhor com foco no desenvolvimento, por meio do cooperativismo.

Atualmente, palavras que são a base do nosso trabalho são protagonistas na sociedade: cooperativismo, cooperativa e colaboração! Mas não é de hoje que promovemos esse modelo humano de promoção de justiça financeira e prosperidade. Comemoramos em 2023, 35 anos auxiliando no desenvolvimento das economias locais e realizando investimentos efetivos em projetos sociais, culturais e ambientais.

QUEM SOMOS?

O Sicoob Credivale é a maior cooperativa de crédito presente no Nordeste de Minas Gerais. Integrante do Sicoob - maior sistema financeiro cooperativo do Brasil, foi fundado em 1988, na cidade de Teófilo Otoni – Minas Gerais, por 22 produtores rurais, pela necessidade de proporcionar ao produtor rural do Nordeste de Minas um organismo financeiro capaz de oferecer tranquilidade e segurança nas transações financeiras de curto, médio e longo prazo, com a vantagem especial de ser ele, ao mesmo tempo, cliente e dono do negócio. Em 2001, a Credivale aumentou a sua área de atuação ao incorporar a Cooperativa de Crédito de Padre Paraíso, CREDIPISO, e suas três agências.

O ano de 2006 foi o divisor de águas na nossa história! Recebemos do Banco Central a autorização para atuar como **Cooperativa de Livre Admissão**. A partir de então, não apenas produtores rurais se beneficiariam das vantagens de fazer parte de uma Cooperativa de Crédito. A partir daquele momento qualquer pessoa, física ou jurídica de qualquer segmento, pôde associar-se ao CREDIVALE e desfrutar dos produtos e serviços.

Com esse crescimento, novas oportunidades foram surgindo. Em 2009 incorporamos a Cooperativa do Vale do Jequitinhonha, a NOSSA CREDIAL, até então com sede em Almenara e ampla participação na região. Com esta incorporação, o Sicoob Credivale agregou mais 10 agências às suas, totalizando 21 Postos de Atendimento mais a matriz, em Teófilo Otoni.

O ano de 2020 apresentou um novo marco histórico para o Sicoob Credivale. Após 32 anos à frente da cooperativa de crédito, o Sr. Antônio Costa Galvão, deixou a Presidência do Conselho de Administração, como presidente de honra, tendo estado no comando e cumprido seu nobre papel durante mais de três décadas de atuação consolidada. Assumindo o posto, Francisco Costa Júnior abraçou o desafio de conduzir o Sicoob Credivale rumo a desafios inéditos, escrevendo um novo capítulo em uma história recheada de sucesso. Francisco Costa Júnior, iniciou a sua trajetória profissional na cooperativa em 2001. Foi Caixa, Gerente, Superintendente e Diretor antes de aceitar o desafio de se tornar Presidente do Conselho de Administração.

PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

Atuando há mais de três décadas o Sicoob Credivale tem o objetivo de unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde estão presentes. Nossos cooperados encontram um atendimento diferenciado e humanístico.

As diretrizes da nossa atuação estão pautadas em:



MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



Valores

- Liderança Inspiradora
- Excelência e Eficiência
- Cooperativismo e Sustentabilidade
- Respeito e Valorização das Pessoas
- Ética e Integridade
- Inovação e Simplicidade

Mas você sabe quais os princípios do cooperativismo?

Vamos viajar até o ano de 1844, na cidade de Rochdale na Inglaterra. Lá foi constituída a primeira cooperativa formal, na qual os 28 participantes pioneiros estabeleceram parâmetros que são observados até os dias atuais.

A redação efetiva dos Princípios dos Pioneiros de Rochdale foi escrita mais de um século e meio após, no ano de 1995 durante a realização do Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester, também na Inglaterra. Portanto, quando se fala em cooperativismo os britânicos deram a contribuição fundamental.

Conheça agora mais sobre esses princípios:

- Gestão democrática
- Educação, formação e informação
- Adesão livre e voluntária
- Intercooperação e
- Participação econômica
- Interesse pela comunidade.
- Autonomia e independência

Expostos os princípios que norteiam o cooperativismo no mundo, trazemos agora outro ponto importante. O cooperativismo possui um ciclo que é extremamente virtuoso. Olha só!

O cooperativismo é protagonista na regulação do mercado financeiro, promove a inclusão (cidadania) e a educação financeira, impulsiona o desenvolvimento socioeconômico local e regional por meio do emprego, consumo, crescimento das empresas, tributos, desenvolvimento econômico e social e inclusão financeira, oferece produtos e serviços financeiros adequados e a preços justos, inclusive pela devolução dos resultados, aos cooperados com atendimento de qualidade. Atua na distribuição de recursos e novas riquezas além de prover melhor qualidade de vida na área de abrangência da cooperativa.

Círculo virtuoso





ORGULHO DE SER POR MAIS DE TRÊS DÉCADAS A CASA DE MILHARES DE COOPERADOS

Atualmente o Sicoob Credivale alcança 23 municípios localizados nos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus, além de estar presente em várias regiões nas quais é a única instituição financeira. O mais inspirador é que crescemos em número no mesmo ritmo em que transformamos realidades. Com isso, em dezembro de 2022, o Sicoob Credivale atingiu a marca de 22 mil cooperados.

Sempre pautados no propósito de conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade, uma instituição financeira cooperativa que começou com 22 produtores rurais chegar a esse marco histórico é saber que os valores norteadores do respeito e valorização das pessoas, inovação e simplicidade, liderança responsável e sustentabilidade foram conquistados ao longo dos anos e mantidos com solidez.

Próximo do homem do campo, do empresário e do jovem empreendedor, o Sicoob Credivale não se afasta de outros segmentos, mantém seu portfólio de produtos e serviços focado em atender ao cooperado nos mais diferentes perfis, mantendo um quadro social diversificado e inclusivo de todos.

2023 promete! Completaremos 35 anos de fundação sem perder o foco na inovação e na competitividade, aportando, como fizemos nos últimos anos, mais investimentos para a modernização de nossas instalações, com vistas a melhor receber e atender os cooperados.

ATUAÇÃO DO SICOOB CREDIVALE

2022 foi um ano especial para o Sicoob Credivale, em diversos aspectos.

O presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credivale, Francisco Costa Júnior, foi um dos conselheiros eleitos da Central Crediminas em assembleia que aconteceu na quarta-feira, dia 30 de março de 2022.

O Sicoob Central Crediminas é uma cooperativa de segundo grau do Sistema Sicoob, responsável pela coordenação e centralização dos processos operacionais e de representação das suas cooperativas singulares filiadas (como é o caso do Sicoob Credivale).



TROCA DE EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTO DAS BOAS PRÁTICAS PERMEARAM A VISITA DA ALTA CÚPULA DO SICOOB AO SICOOB CREDIVALE.

O Presidente do Conselho de Administração, Francisco Costa Junior também recebeu a comitiva do Centro Cooperativo Sicoob - CCS e Sicoob Central Crediminas na sede administrativa. Um momento sigular recheado de aprendizado e troca de experiências. Além disso o encontro levou conhecimento das boas práticas realizadas pela cooperativa junto à comunidade e apoio ao cooperado.

Formado por integrantes da diretoria do CCS, Sicoob Seguradora e da Central Crediminas, o grupo passou por uma imersão e conheceu, in loco, o trabalho realizado pelo Sicoob Credivale e seus Colaboradores.

Estavam presentes no encontro o Diretor de Negócios Sicoob CCS Sr. Francisco Reposse, o Superintendente de Desenvolvimento de Mercado e Canais Sicoob CCS Sr. Ângelo Curbani, o Diretor do Sicoob Crediminas Sr. Elson Rocha Justino, o Diretor do Sicoob Seguradora Sr. Guilherme Ciarrocchi Ferreira, a Diretoria Executiva do Sicoob Credivale Marcos Aurélio De Oliveira, Mafran Dias da Costa e Célio Neves também estiveram presentes.

Foi um momento marcante do ano de 2022 para o Sicoob Credivale!



ENCONTRO RETENÇÃO DE RIQUEZAS NO MUNICÍPIO

Ainda permeando o princípios do cooperativismo de interesse pela sua comunidade, o Sicoob Credivale realizou em 2022, o encontro Retenção de Riquezas no Município. O evento contou com a presença de vários prefeitos, Vereadores e Secretários da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri que foram recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credivale Francisco Costa Junior e sua Diretoria Executiva nas cidades de Almenara-MG e Teófilo Otoni-MG.

Essa articulação tem o propósito de incentivar, instruir e contribuir para a fixação de renda e riqueza no território, por meio da relação entre o Sicoob Credivale e prefeituras da região. Essa relação abrange a movimentação da disponibilidade de caixa da Prefeitura e o estabelecimento de convênio para a arrecadação de tributos pelas cooperativas de crédito que, em contrapartida, podem potencializar a oferta de crédito e de serviços financeiros na economia local.



DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS

Quando falamos em desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social, a distribuição das sobras é um dos grandes diferenciais no cooperativismo de crédito financeiro. A distribuição do excedente é feita proporcionalmente aos associados que possuem conta corrente e aplicações financeiras. Na condição de sócio/Cooperado, passa a participar dos resultados e das decisões da instituição financeira, além de usufruir de um vasto portfólio de produtos e serviços financeiros com preço justo, ou seja, tem acesso aos mesmos produtos e serviços de uma instituição financeira tradicional, porém, com custos reduzidos e as vantagens e os diferenciais cooperativos, de uma instituição financeira onde o Cooperado não é apenas mais um número ou mais um cliente, e sim dono e usuário da instituição. No resultado de 2021, após assembleia geral realizada em 2022, o Sicoob Credivale realizou a distribuição de R\$ 1.837.833,01 para os seus Cooperados, sendo 50% em conta corrente e 50% em cota capital.



EXPANSÃO E REFORMAS

Ampliando fortemente a sua presença física, em paralelo com a expressiva evolução no relacionamento digital que hoje é a grande tendência do mercado, o Sicoob, atingiu em junho de 2022, o primeiro lugar na escala de instituições financeiras que mais reúnem pontos de atendimento físico no Brasil, com 4.018 unidades espalhadas em todo o território.

Seguindo a tendência nacional de expansão física do Sistema Sicoob, o Sicoob Credivale também segue em ritmo de crescimento e reformas em sua infraestrutura. As cidades mineiras de Joáima e Santa Maria do Salto, receberam em 2022 novas adequações em suas fachadas, deixando-as no novo padrão do Sistema Sicoob. Em 2022, duas agências foram reinauguradas: Felisburgo e Ponto dos Volantes. Em andamento, encontram-se as reformas das agências localizadas nas cidades de Itaobim e Almenara, que ganharão novas instalações mais confortáveis e modernas, em um novo modelo de atendimento voltado para o relacionamento e geração de novos negócios.

E os números continuam a crescer! Enquanto se prepara para reinaugar as agências de Santo Antônio do Jacinto, Itaobim e Almenara e inaugurar sua agência em Pedra Azul (MG), a de número 27, o Sicoob Credivale já instalou um escritório de implantação, em caráter provisório, desde agosto de 2022, sendo um ponto de apoio para as equipes realizarem a prospecção de cooperados e de negócios na cidade. Nos próximos meses, a agência já estará devidamente inaugurada e mais uma cidade do Vale do Jequitinhonha poderá contar com uma Cooperativa de Crédito feita de pessoas, para pessoas.



Felisburgo



O SICOOB CREDIVALE ESTÁ ONDE NENHUMA OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CHEGOU!



Ponto dos Volantes

É relevante saber que de acordo com dados atualizados do Banco Central e do IBGE, dos 5.570 municípios brasileiros, mais de 40% não possuem agências bancárias. Só que, em 396 deles não há nenhum tipo de instituição financeira: são 1,56 milhão de pessoas sem acesso ou com difícil acesso ao crédito e a todo tipo de produtos e serviços financeiros.

O Sicoob Credivale, é uma dessas Cooperativas de Crédito que segue expandindo a rede de atendimento físico e ainda são destaque no atendimento digital, dos 23

municípios de sua atuação, 6 cidades tem o Sicoob Credivale como única e exclusiva instituição financeira com atendimento completo, de caixa convencional até terminal de autoatendimento. Ponto dos Volantes é um desses municípios com 12 mil habitantes, conta com o Sicoob Credivale como única instituição Financeira no município. Anteriormente à implantação dos nossos serviços, os moradores tinham de se deslocar para uma cidade polo quando precisavam dos serviços bancários. Ser cooperativa é isso! Estar nos locais onde as pessoas mais necessitam, levando o resultado financeiro positivo!

A VOLTA DOS EVENTOS PRESENCIAIS MAIS EFETIVOS APÓS O PERÍODO DA PANDEMIA COLOCOU NOVAMENTE NA AGENDA DO SICOOB CREDIVALE A INTERCOOPERAÇÃO!

Expoavales 2022

Patrocinador oficial da 46ª Expoavales, realizada de 23 a 26 de junho de 2022, o Sicoob Credivale marcou presença nesse que é considerado o maior evento do agro da região. Realizado no Parque de Exposições – Pampulhinha, em Teófilo Otoni, a cooperativa de crédito esteve in loco com Stand de Negócios, amplo e bem localizado. O Presidente do Conselho de Administração Francisco Costa Júnior destacou em seu discurso de abertura: **“Estamos hoje com todos os segmentos, mas nós viemos do agro. São 34 anos em Teófilo Otoni e toda região procurando sempre apoiar o agronegócio, fomentar cada vez mais essa economia nesses municípios onde atuamos”**. O gerente Rogério Luiz Ribeiro destacou que durante todo o período do evento foram realizados atendimentos a todos os associados da Sicoob Credivale, como também a toda a comunidade



Exponor 2022

Realizada de 24 a 26 de agosto de 2022, a edição da Exponor 2022 foi um marco para o Sicoob Credivale. O evento oportunizou a apresentação e a participação de duas cooperativas parceiras. Seguindo o princípio da Intercooperação, a interação entre cooperativas e seus serviços fortalece o movimento e ressalta os diferenciais de ser associado à uma cooperativa de crédito consolidada. Com um estande Interativo de mais de 45m², o Sicoob Credivale foi destaque em negócios no evento consolidando o seu papel em Teófilo Otoni e região.



Liquida Teó

Outro evento que movimentou Teófilo Otoni em 2022 foi o Liquida Teó, realizado de 14 a 17 de setembro. Com o objetivo de aquecer o comércio da região, o Sicoob Credivale realizou o evento em conjunto com sua co-irmã, Sicoob AC Credi. Com taxas únicas e exclusivas, as duas cooperativas de crédito trabalharam unidas, oferecendo a melhor opção de uma instituição financeira do modelo, aberturas de contas, consórcio de todas as modalidades, reforçando a tendência de fomento aos negócios.



Pautados no objetivo de promover transformação social, realizamos em 2022 diversos programas sociais!

Coop Encena

Cultura e solidariedade unidos em um só evento! Por meio do Sistema OCEMG, O Instituto Cultural do Sicoob Credivale retornou, após 16 anos, com o projeto COOP ENCENA. Momento histórico para a cooperativa de crédito e para a sociedade teofilotonense. Sucesso de público com mais de 3 milhões de expectadores em todo o mundo, a peça representada foi: **“Acredite, um Espírito Baixou em mim”** no Teatro Master da Expominas, no dia 1º de setembro, com os renomados atores Ílvio Amaral e Maurício Canguçu. Mais de 1.000 pessoas assistiram à comédia e se divertiram, em uma noite que também foi de solidariedade. Como ingresso-social, cada entrada foi retirada mediante doação de dois quilos de alimentos não perecíveis. O evento arrecadou cerca de duas toneladas de alimentos que foram doados à Creche Abelhinha e a APRECC de Teófilo Otoni-MG.



Coral

No segundo semestre de 2022, o Sicoob Credivale iniciou o Projeto Coral Vozes da Credivale! A ação promoveu inclusão, integração, bem-estar e potencializou o desenvolvimento infantil, abrangendo 27 vozes de crianças entre 7 e 12 anos de duas escolas de Teófilo Otoni, uma municipal e um estadual Doralice Arruda e Waldemar Neves da Rocha. A intenção agora é expandir o projeto de forma perene para as demais localidades que possuem agências do Sicoob Credivale.



Cooperina em Ação

O Dia de Cooperar 2022 foi marcante para o Sicoob Credivale. A cooperativa de crédito levou para dez cidades do Vale do Jequitinhonha o Teatro Cooperina em Ação, que impactou mais de 1.500 crianças presentes. Anseio do Presidente do Sicoob Credivale, o projeto tem como foco a disseminação do conceito de Educação Financeira, tendência importantíssima em todo o mundo. A peça foi composta por colaboradores voluntários da instituição, tendo como público alvo crianças de 6 a 12 anos de todas as redes de ensino.

É interessante ressaltar que essa iniciativa contempla os princípios do cooperativismo, a tendência de Desenvolvimento Sustentável da ONU e a Agenda ESG (Environmental, Social and Governance) nas questões sociais.



Campanha Credi Coopera com os Vales

No início de 2022, uma enchente de grandes proporções atingiu várias cidades na região onde atuamos. Para amenizar os danos, pautado no princípio do cooperativismo – Interesse pela comunidade – o Sicoob Credivale liderou um movimento que, por meio de arrecadações e investimento próprio, beneficiou efetivamente mais de 650 pessoas. Um valor superior à quantia de R\$15.000,00 foi revertido em prol dos atingidos nas cidades de Almenara, Rio do Prado, Joáima e Ponto dos Volantes.

Dentre as doações tivemos: fogões, colchões, roupas de cama, cobertores, móveis e material de construção para refazer as casas de famílias que perderam parte dos seus lares.



COOPERATIVISMO EM AÇÃO, A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Você já ouviu falar do termo ESG? E sabe de que forma ele atua no cooperativismo?

ESG é a sigla em inglês: **Enviromental, Social and Governance**, que traduzindo traz três aspectos de muita importância para a Agenda das Empresas que querem se destacar e se manter em evidência no Brasil e no Mundo. A economia global está passando por uma nova transformação guiada pela preocupação com o Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Governança. O Cooperativismo e o ESG possuem um elo forte, por partilharem dos mesmos valores, o cuidado com as pessoas, a responsabilidade socioambiental e a boa governança. Tudo com o foco primordial no desenvolvimento e na sustentabilidade dos negócios, da sociedade e do planeta.

Desde 2009, o Sicoob Credivale participa de um movimento que mobiliza as cooperativas de norte a sul do País, o Dia de Cooperar, evidenciando o quanto é antigo o vínculo do cooperativismo com a temática e o tanto que as cooperativas levam a sério o comprometimento com a sociedade, transformando desafios em esperança.

De onde vem o conceito ESG? Tudo começou com o Pacto Global, um documento de adesão voluntária — proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) — que convida empresas e organizações de todo o mundo a se unirem para promover, dentro de seus negócios, boas práticas de direitos humanos, desenvolvimento sustentável, trabalho digno e ética. Com 16 mil empresas participantes, distribuídas em 160 países, o Pacto Global é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

Programas ambientais realizados pela Sicoob Credivale em 2022

Doação de Material Reciclado

A pauta ambiental está em evidência em todo o mundo e seguindo essa tendência que nos diferencia no mercado, o Sicoob Credivale afirmou o seu compromisso com a comunidade e com o meio ambiente ao estabelecer uma parceria com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Nova Vida (ASCANOVI).

Evidenciando a preocupação da empresa com o impacto nocivo dos insumos gerados, procuramos a ASCANOVI, com o objetivo de doar o material produzido e descartado a ser reciclado ou descartado corretamente. Desde o mês de junho de 2022, tudo a ser descartado é doado para a associação em contribuição com as famílias representadas por ela e cumprindo com o papel do Sicoob Credivale, como Empresa Sustentável.

E olha só: A ASCANOVI emite regularmente o certificado da Coleta do Material Reciclável, material esse que é devidamente acondicionado para suportar os riscos de transporte, carregamento, descarregamento e transbordo.

Com grande orgulho, o Sicoob Credivale recebeu o Selo Sustentável da ASCANOVI, por apoiar o Projeto de Coleta Seletiva Solidária de Teófilo Otoni, reconhecendo que a empresa atua de modo consciente e responsável no descarte dos resíduos sólidos, minimizando os impactos ambientais e promovendo a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.

E os números foram expressivos: foram entregues mais de duas toneladas e meia de material.



Copo Sustentável

Tendência de sustentabilidade nas maiores empresas de todo o globo, os copos sustentáveis são uma realidade no Sicoob Credivale. A empresa adquiriu para todos os colaboradores, essa opção de uso diário que diminui sensivelmente os problemas causados pelos copos de plástico, que não são biodegradáveis demorando entre 250 a 400 para se decompor na natureza.

E olha só: com essa simples iniciativa, além de prevenir os danos ao meio ambiente, proporcionamos maior qualidade de vida para os nossos colaboradores.



Geração de Energia

Seguindo com as ações de minimização de danos ambientais, o Sicoob Credivale agora é 100% sustentável na produção de energia limpa. Nós produzimos parte da energia utilizada através de nossa usina solar própria e contratamos a Origo, considerada a maior empresa brasileira de geração de energia distribuída compartilhada, com projetos espalhados por todo o Brasil. Com isso, conseguimos atender toda a nossa demanda e contribuímos de forma sustentável para o desenvolvimento do nosso país. E tem mais, proporcionamos linha de crédito aos nossos associados para acesso a geração da própria energia!



BEM-ESTAR NO TRABALHO - UM BEM QUE PREZAMOS!



O Sicoob Credivale recebeu em agosto de 2022 o selo de certificação do GPTW. "GPTW" é a sigla em inglês "Great Place to Work" que, na tradução literal para a língua portuguesa, significa "Ótimo Lugar para Trabalhar". O Instituto GPTW é uma empresa de consultoria, fundada nos Estados Unidos, referência global no mundo dos negócios, que realiza consultorias, produz conteúdos e analisa a satisfação dos funcionários em relação ao ambiente de trabalho. A avaliação que premia as melhores empresas para trabalhar foi criada pelo próprio instituto e conta com um questionário respondido de maneira anônima pelos colaboradores que considera temas como: clima organizacional, remuneração, benefícios, oportunidade de crescimento, infraestrutura, transparência na gestão e outros rankings temáticos.

O Sicoob Credivale com objetivo de promover a mudança interna, em busca de melhorias concretas para todos os colaboradores e para alcançar um nível mais elevado de satisfação com o ambiente de trabalho, fechou uma parceria com o GPTW, que realizou uma pesquisa de clima organizacional na empresa. A certificação exige um mínimo de

resultado de 70% ou mais em relação à satisfação dos funcionários. Superamos esse número: 81% dos colaboradores do Sicoob Credivale afirmaram que a empresa é um ótimo lugar para trabalhar. A cooperativa de crédito conta com mais 200 colaboradores, localizados em 23 cidades de Minas Gerais.

A certificação alcançada mostra que o Sicoob Credivale está no caminho certo, valorizando cada vez mais o que temos de mais importante: AS PESSOAS.



**Great
Place
To
Work®**

Certificada

Ago/2022 - Ago/2023

BRASIL

PROGRAMAS DE BOA GESTÃO CADA DIA BUSCANDO EVOLUIR!

Pesquisa de satisfação

O conhecimento de como os nossos associados se sentem em relação a empresa é de extrema importância e auxilia a melhorar cada dia mais os serviços oferecidos na ponta. Em 2022, atendendo à demanda do Conselho de Administração do Sicoob Credivale e do PDGC (Programa de Desenvolvimento e Gestão das Cooperativas), elaboramos a primeira pesquisa de satisfação com associados da nossa base de dados. Na pesquisa foram abordados aspectos como: atendimento, governança, espaço físico, produtos e serviços. Esse feedback foi utilizado para adequar a gestão e elaborar um planejamento estratégico mais assertivo.

A pesquisa foi permeada pelo sorteio de uma Smart TV 50 polegadas entre os participantes que a responderam e foi realizado no dia 21 de novembro de 2022, ao vivo no Instagram oficial do Sicoob Credivale. O felizardo que levou a TV foi o Sr. Manoel Antônio Cardoso de Sá, associado da nossa unidade localizada na cidade de Novo Cruzeiro.

Como foi o resultado: obtivemos 1.595 respostas, representando 272% do valor determinado para a amostragem segundo fontes técnicas. Obtivemos 95% de Nível de Confiança com 4% de margem de erro. O método utilizado na pesquisa foi o NPS (Net Promoter Score) e a pontuação atingida foi de 86%, caracterizando nossa classificação como Zona de Excelência.



PRÉ-ASSEMBLEIAS MOMENTO DE DIÁLOGO E CAPACITAÇÃO

O Sicoob Credivale realizou nas cidades de Almenara-MG e Teófilo Otoni-MG, suas Pré Assembleias e Capacitação Continuada para delegados dos Grupos Seccionais da região dos vales do Mucuri e Jequitinhonha. O objetivo central foi apresentar os assuntos de interesse da Cooperativa e garantir transparência na prestação de contas, a respeito das condições econômico-financeiras e sociais da organização, estreitando o relacionamento com os delegados representantes dos Cooperados.

Na oportunidade também foi realizada uma capacitação, com o palestrante Univaldo Coelho Cardoso do SEBRAE-MG, que procurou esclarecer de forma didática e clara as vantagens e benefícios que a cooperativa pode trazer aos seus cooperados bem como apresentou seu funcionamento mostrando numericamente resultados e porcentagens atingidas até então.



OS NÚMEROS DO SICOOB CREDIVALE NO ANO DE 2022

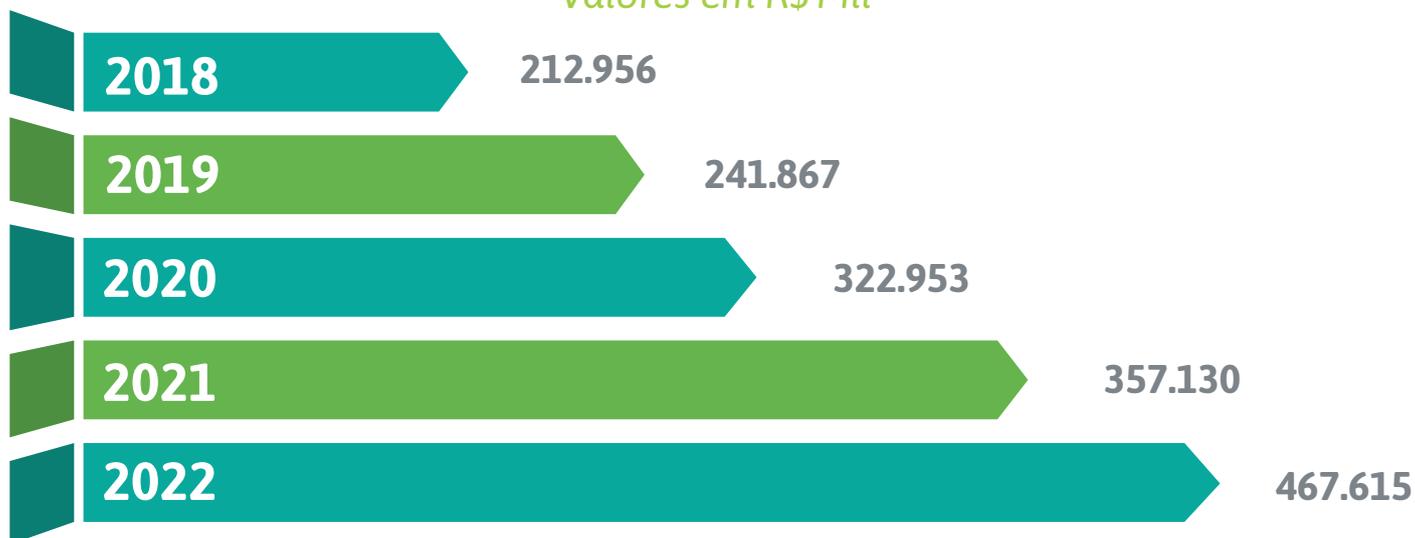
O ano se encerra e apesar de todos os desafios, o Sicoob Credivale obteve resultados positivos que garantiram mais uma vez o seu crescimento e desenvolvimento social na sua área de atuação. No cenário brasileiro o ano foi marcado por um processo político conturbado e polarizado, com divergências ideológicas e de condução, principalmente no executivo nacional. Apesar disso, para 2022, esperava-se que a divulgação do Produto Interno Bruto – PIB, que mede o crescimento das atividades do país, apresentasse crescimento de 3,1%. Já o índice de inflação, após encerrar o primeiro semestre do ano com taxa de variação acumulada em doze meses de 11,9%, veio se reduzindo continuamente até 5,9% em novembro, o que demonstrou controle na evolução dos preços ao mercado.

Apesar dessa “relativa” recuperação econômica em 2022, o atual cenário político nacional e a economia internacional ainda continuam a apresentar instabilidade e, alinhado às incertezas da política interna, a taxa básica de juros do Brasil (Selic) finalizou o ano em 13,75%, a maior já alcançada desde 2016. Para o Sicoob Credivale, a Selic é de grande importância para a definição de passos estratégicos, pois ela determina a taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI e, por sua vez, é utilizada para remunerar os recursos excedentes da cooperativa.

Apesar de todos os desafios que foram impostos no ano de 2022, o Sicoob Credivale continua a apresentar crescimento nos negócios, o que pode ser verificado através da evolução de ativos que, no último ano, cresceu 30,9%, conforme observado no gráfico abaixo.

ATIVOS TOTAIS

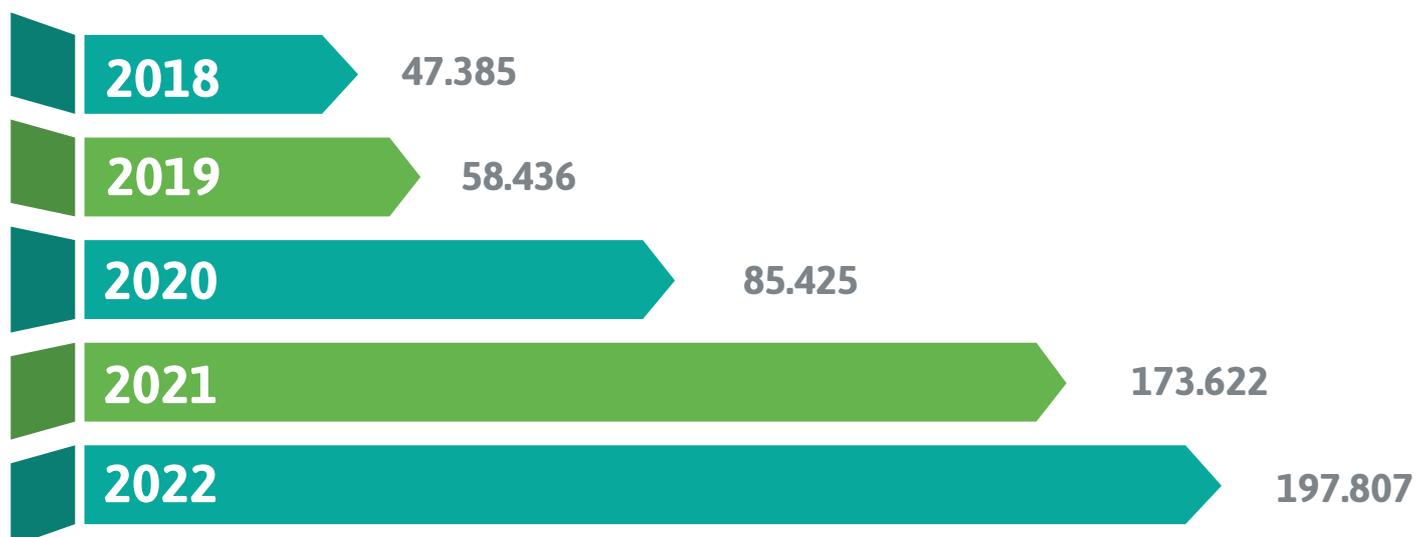
Valores em R\$ Mil



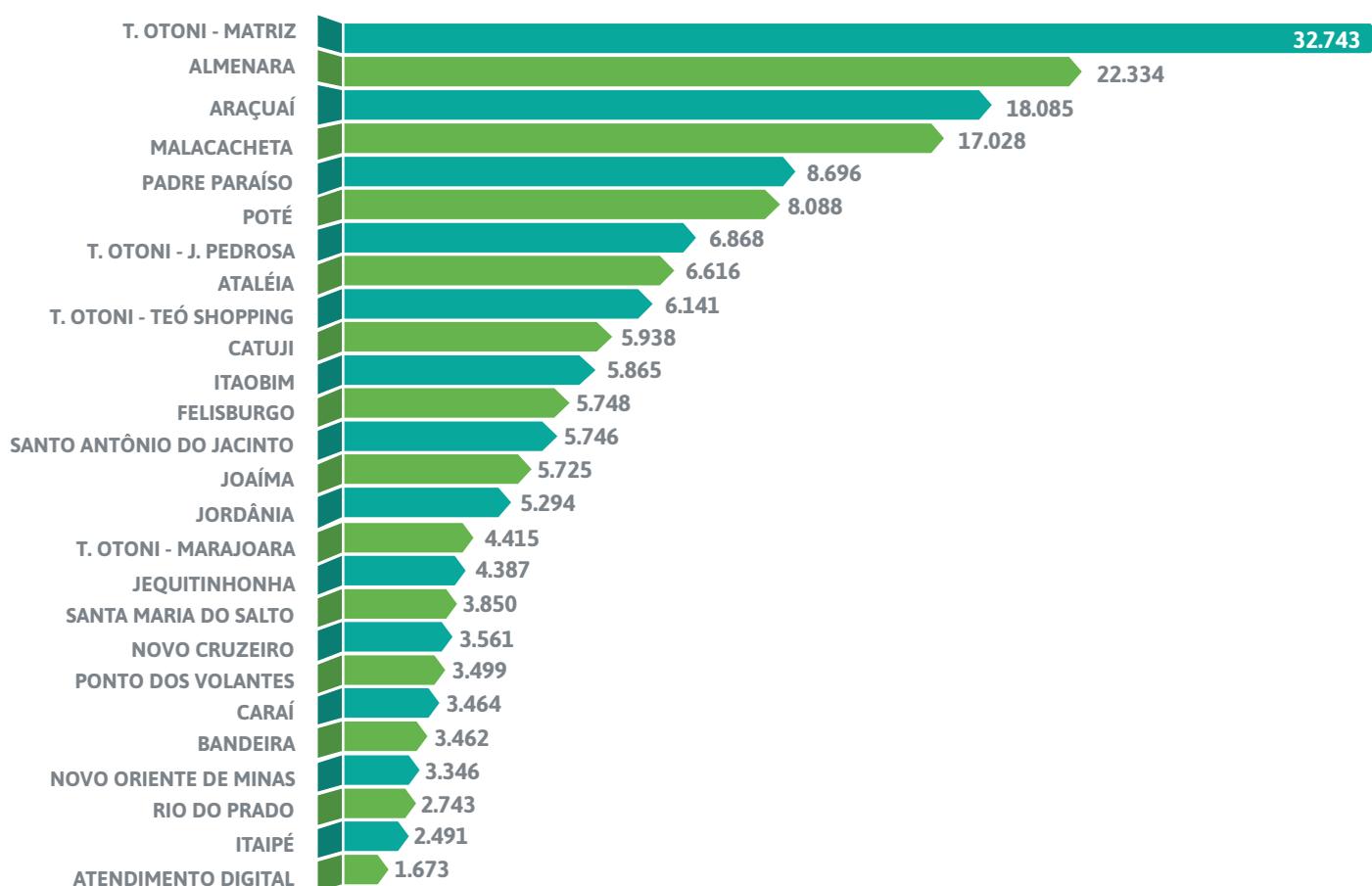
Em relação às concessões de crédito, em sintonia com a estratégia iniciada em 2020, pela nova gestão da cooperativa, expandimos em 2022 a carteira do Sicoob Credivale em 13,9%. Já em valores absolutos o saldo da carteira encerrou o ano com quase R\$198 milhões, valores esses que foram disponibilizados considerando todos os critérios necessários de segurança, mas principalmente de assistência financeira aos nossos associados, realizando crédito consciente aos mesmos.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valores em R\$ Mil



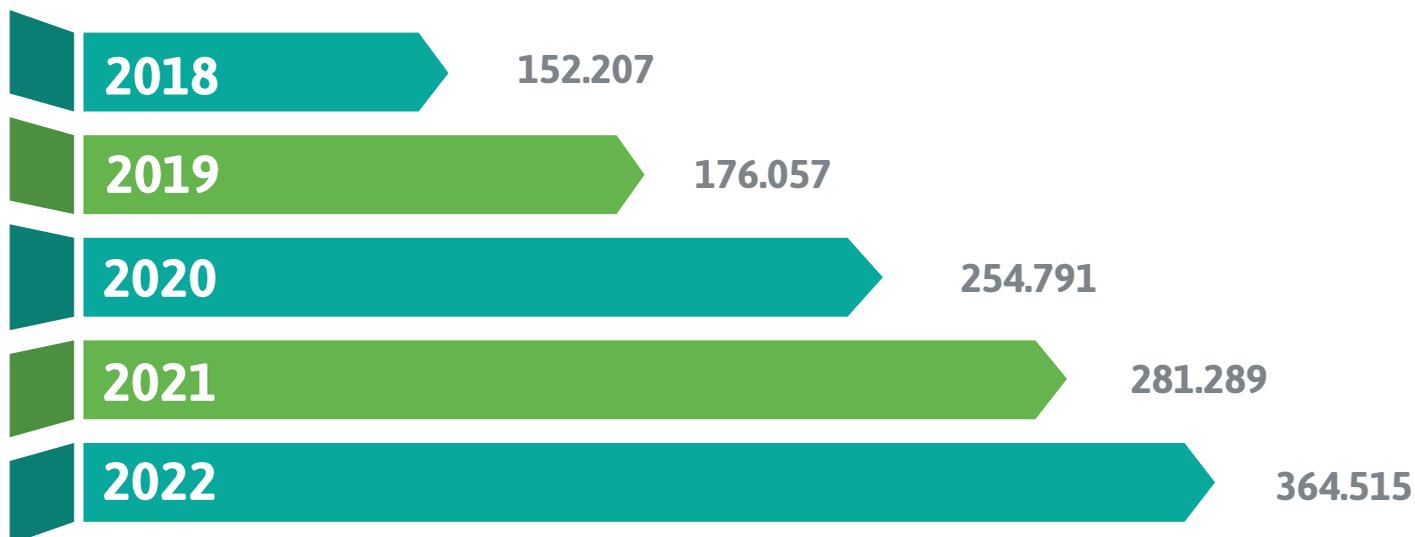
A seguir, pode ser observado o volume de operações de crédito por postos de atendimento (em R\$ Mil):



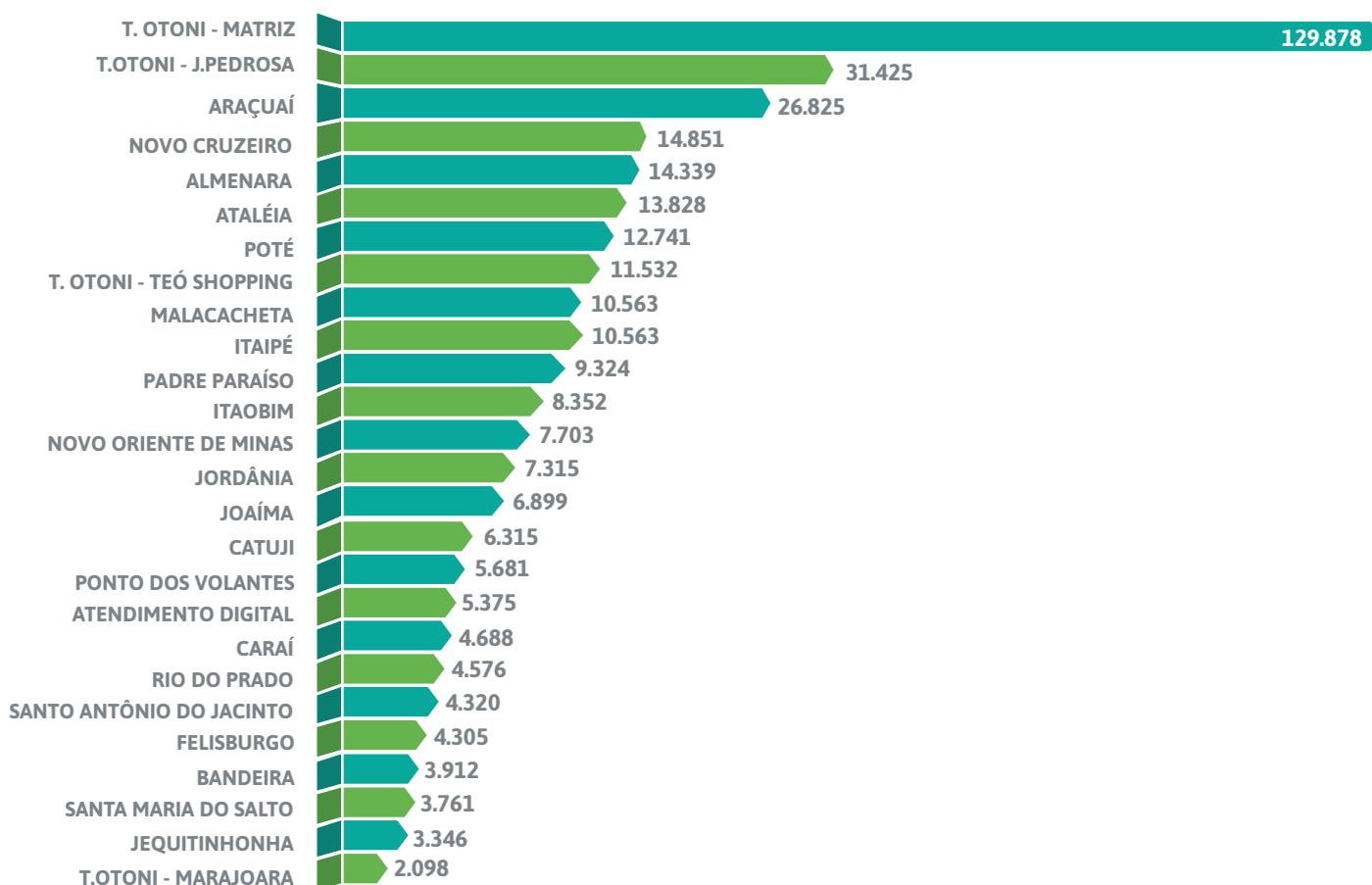
Reflexo da confiança depositado pelos nossos associados na nossa cooperativa, mesmo em momentos de incertezas, os nossos depósitos, que representam os valores aplicados pelos nossos associados em conta corrente e em aplicações na nossa cooperativa apresentaram crescimento de 29,6%, valor esse que sempre apresentou crescimento e finalizou o ano de 2022 com saldo próximo a R\$365 milhões.

DEPÓSITOS TOTAIS

Valores em R\$ Milhões



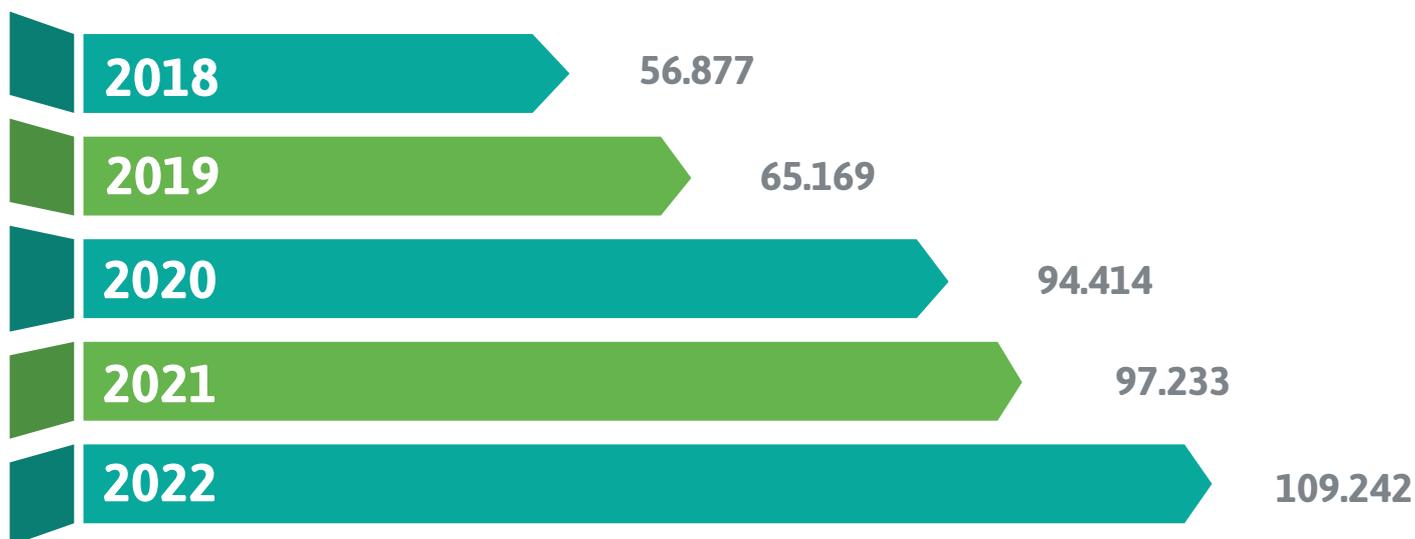
Considerando o saldo de depósitos totais por Posto de Atendimento - PA, temos o seguinte cenário (em R\$ Milhões):



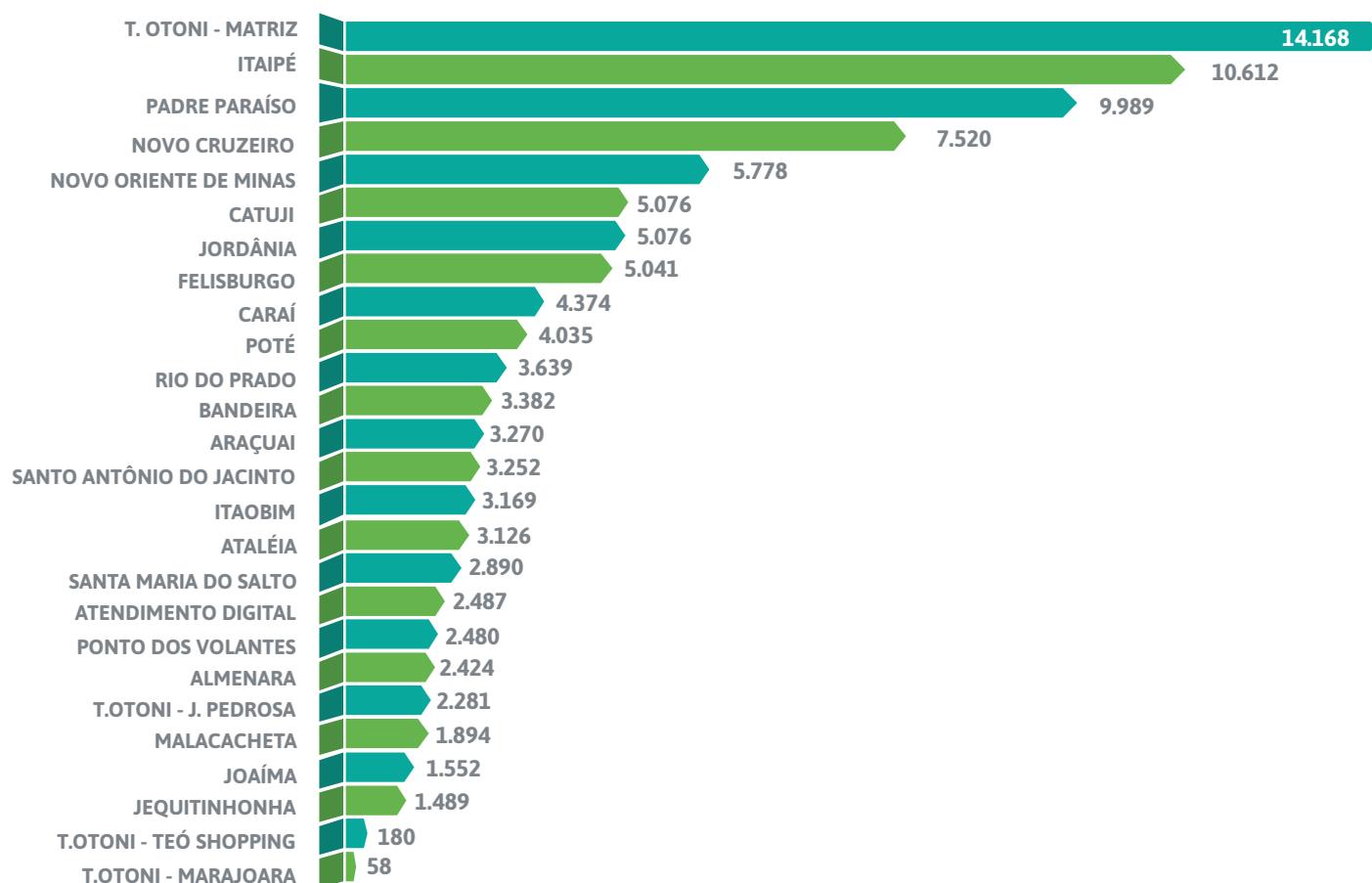
Além dos depósitos em conta corrente, os clientes-poupadores do Sicoob Credivale também reforçaram a confiança na cooperativa e elevaram o saldo de poupança em 12,4%, conforme verificado a seguir:

POUPANÇA

Valores em R\$ Mil

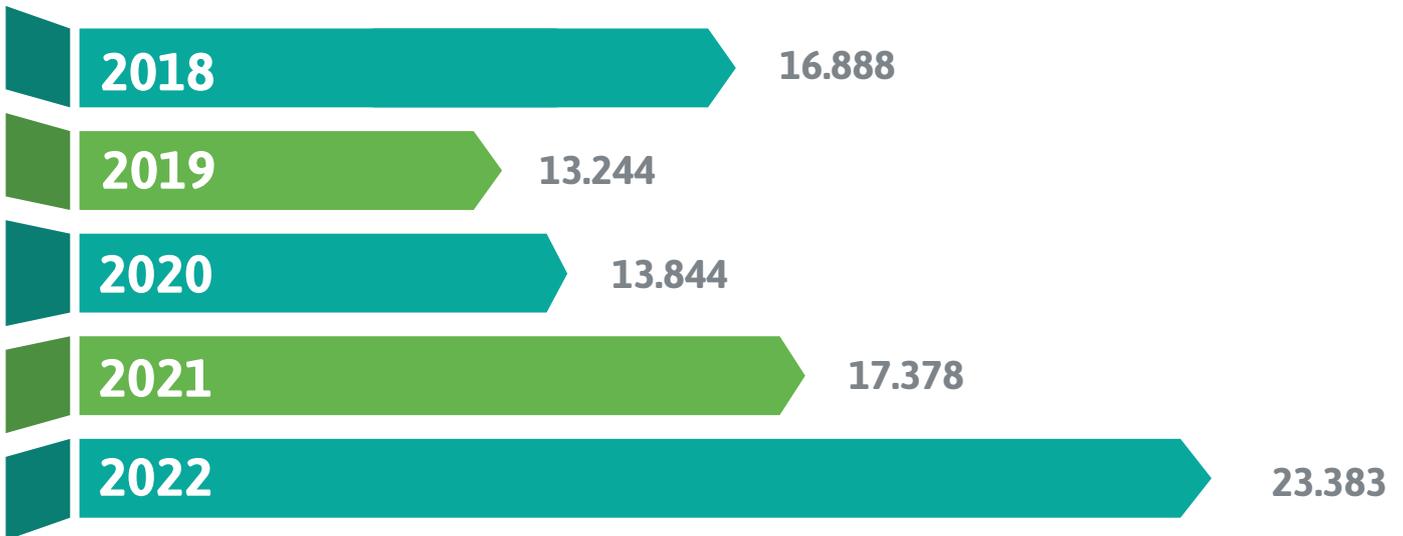


Abaixo o detalhamento do saldos em poupança por Ponto de Atendimento - PA (em R\$ mil):

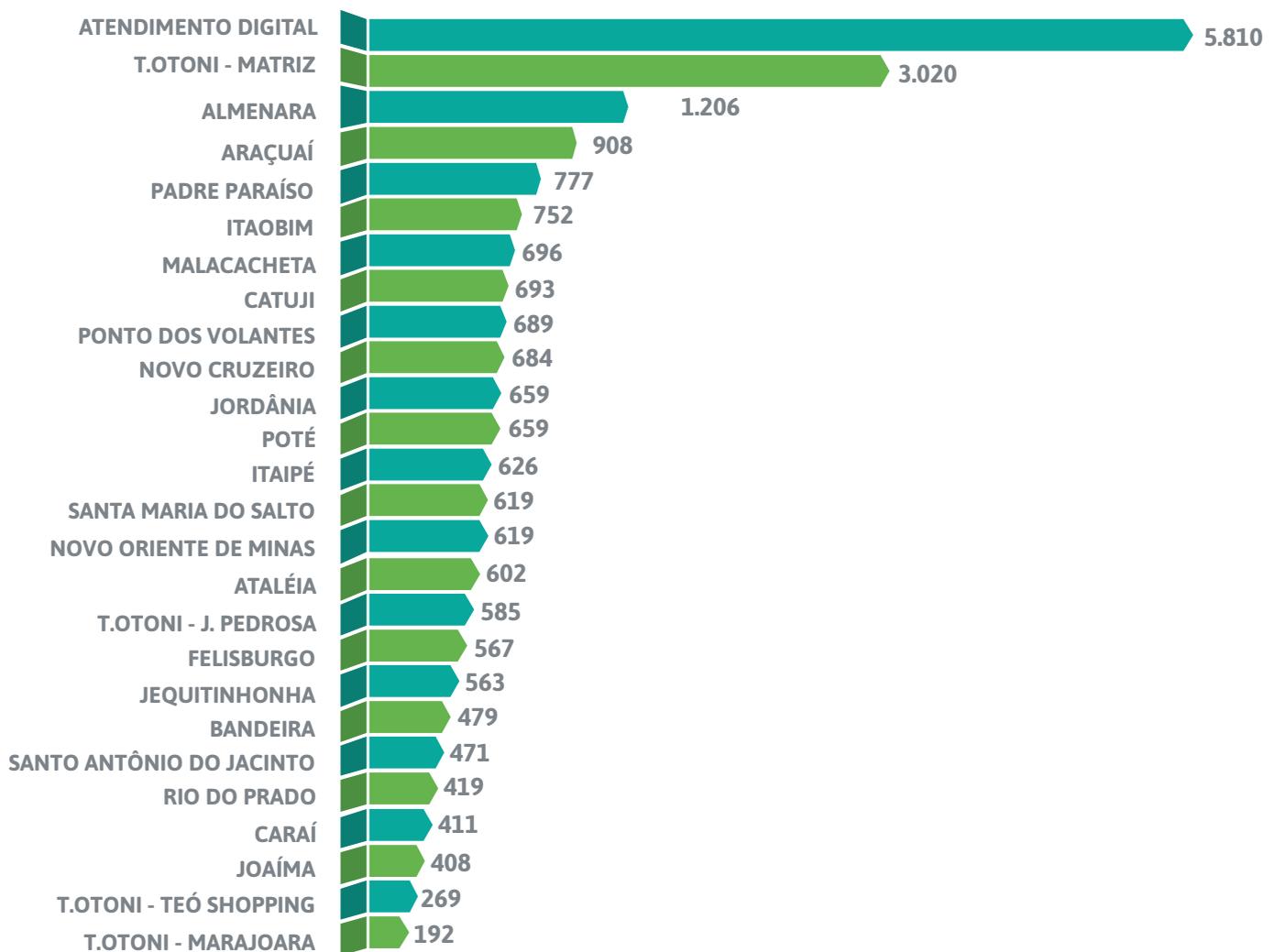


Quando falamos sobre o número de associados, o ano de 2022 foi um marco para o Sicoob Credivale. Fizemos o lançamento da campanha objetivando alcançar 22 mil associados, mas não ficamos por aí, encerramos o ano com 23.383 associados.

ASSOCIADOS



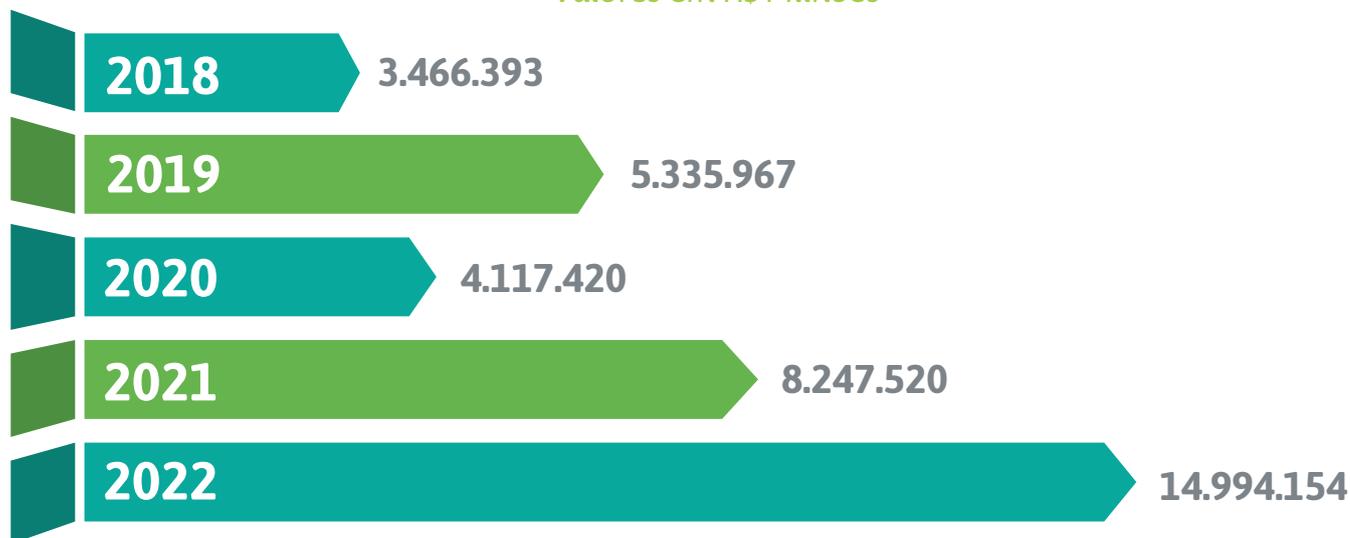
Esses 23.383 associados estão assim distribuídos nos **Postos de Atendimento - PA**:



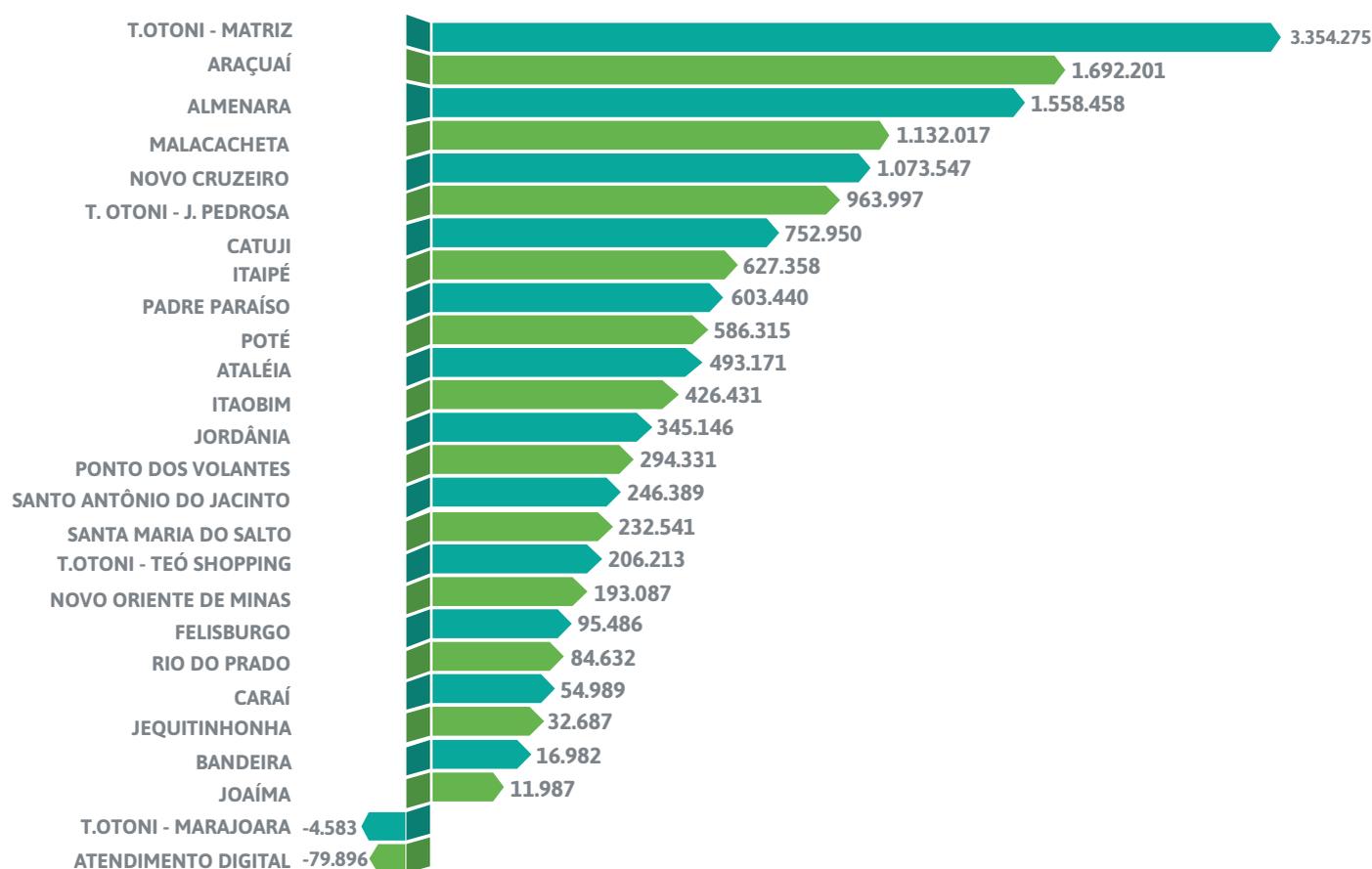
Essa composição de números alinhada com a adequada implementação na estratégia dos negócios, trouxe no ano de 2022 números positivos para o Sicoob Credival. Batemos recorde de sobras, e, assim como nos anos anteriores, será possível reverter na estrutura de negócios da cooperativa, proporcionando ainda mais retorno ao nosso associado e para a sociedade.

SOBRAS

Valores em R\$ Milhões



Considerando o resultado por Ponto de Atendimento - PA, temos o seguinte cenário (em R\$ Mil / Milhões):



Como pode ser observado, em 2022 dois PAs apresentaram resultados negativos. A unidade localizada no Bairro Marajoara, Teófilo Otoni, que foi inaugurado em setembro de 2021, ainda está buscando o ponto de equilíbrio entre as receitas e as despesas.

Com relação ao PA digital, o volume de associados cresceu em 2022, 153%, quantitativamente novos 3.512 associados passaram a utilizar o serviço, o que requereu novo investimento em sua estrutura e maior despesa operacional elevando também os custos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Bem-Vindos, cooperados e comunidade.

Uma boa leitura!

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira **SICOOB CREDIVALE**.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os **resultados que alcançamos juntos** no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

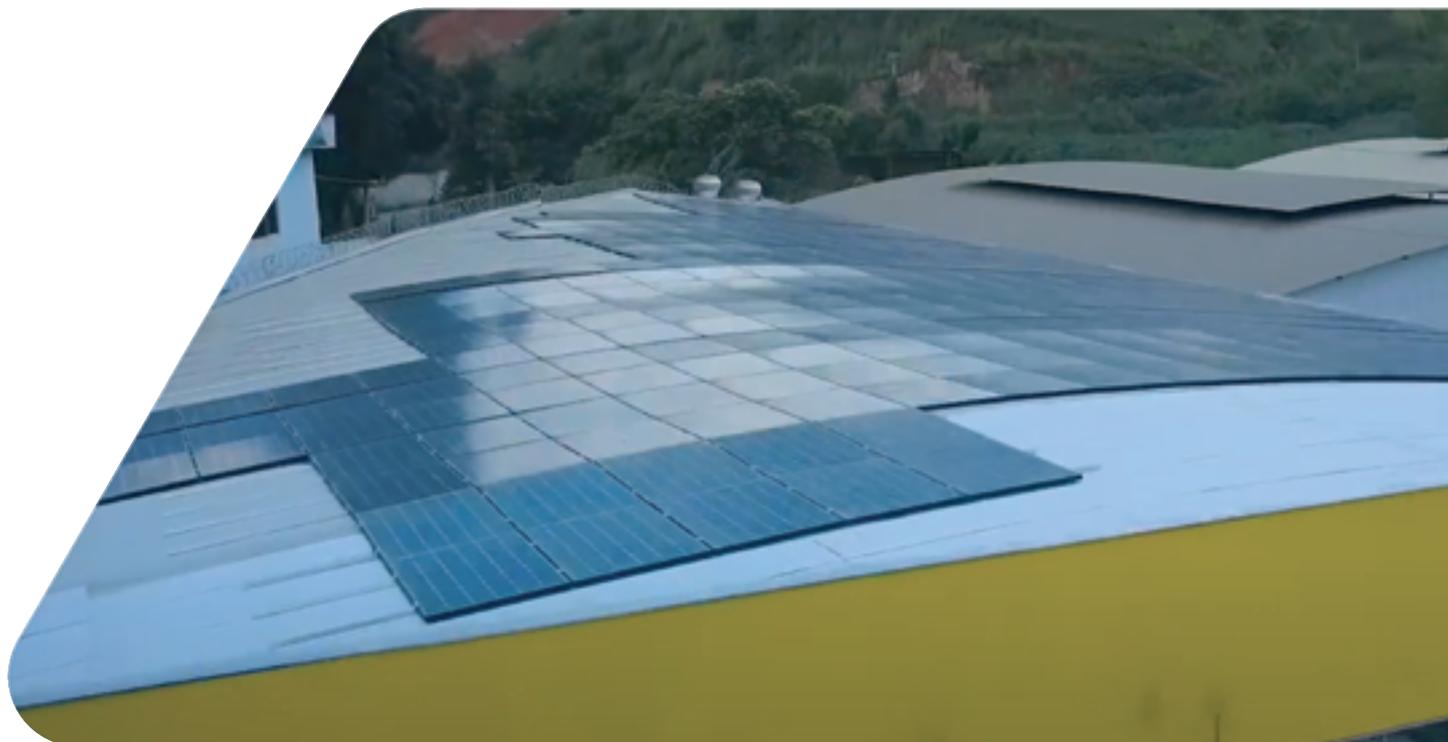
Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do **Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável**.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. **Quer saber mais?** Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.



Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIVALE é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,25% nos níveis de "AA" a "C".

Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB CREDIVALE registrou o total de 29 (vinte e nove) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 11 (onze) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022

(Unidade de Apresentação: reais - R\$)

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	81,80%	14.994.153,84	8.247.519,77
Patrimônio Líquido	21,51%	71.390.247,38	58.753.084,39
Ativos	30,94%	467.615.040,93	357.130.225,62
Depósitos na Centralização Financeira	50,76%	244.157.243,93	161.949.468,58
Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos na Centralização Financeira	34,56%	23.383,00	17.378,00
Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	(7,76%)	44.704.464,45	48.462.901,95
Ativos	22,33%	153.102.294,29	125.159.043,07
Depósitos na Centralização Financeira	13,93%	197.806.758,74	173.621.945,02

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 12,80% da carteira, no montante de R\$ 25.405.865,69.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	7,86%	123.513.224,72	114.511.986,96
Depósitos a prazo	30,81%	208.525.555,34	159.406.088,44
LCA	363,56%	23.772.366,92	5.128.177,63
LCI	433,51%	7.598.834,01	1.424.320,70
Total	29,57%	363.409.980,99	280.470.573,73

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 23,08% da captação, no montante de R\$83.677.120,88.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	21,44%	65.837.361,34	54.214.533,19

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

TEÓFILO OTONI-MG



BALANÇO PATRIMONIAL

(Unidade de Apresentação: reais - R\$)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
		467.615.040,93	357.130.225,62
DISPONIBILIDADES	4	6.013.638,91	4.466.024,14
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		457.910.707,59	339.929.047,33
Títulos e Valores Mobiliários	5	8.974.208,64	-
Relações Interfinanceiras	4	244.157.243,93	161.949.468,58
Centralização Financeira		244.157.243,93	161.949.468,58
Operações de Crédito	6	197.806.758,74	173.621.945,02
Outros Ativos Financeiros	7	6.972.496,28	4.357.633,73
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(8.319.289,83)	(4.526.150,66)
(-) Operações de Crédito	6	(7.531.383,11)	(4.310.316,16)
(-) Outras	7.1	(787.906,72)	(215.834,50)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	370.022,55	391.055,77
OUTROS ATIVOS	9	1.396.497,42	1.467.457,82
INVESTIMENTOS	10	-	7.760.291,11
IMOBILIZADO DE USO	11	15.169.491,45	12.231.866,12
INTANGÍVEL	12	177.182,33	-
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	11 e 12	(5.103.209,49)	(4.589.366,01)
TOTAL DO ATIVO		467.615.040,93	357.130.225,62
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		467.615.040,93	357.130.225,62
DEPÓSITOS	13	332.038.780,06	273.918.075,40
Depósitos à Vista		123.513.224,72	114.511.986,96
Depósitos a Prazo		208.525.555,34	159.406.088,44
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		48.052.638,59	11.201.798,38
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	31.371.200,93	6.552.498,33
Relações Interfinanceiras		13.421.259,76	1.575.855,39
Repasses Interfinanceiros	15	13.421.259,76	1.575.855,39
Outros Passivos Financeiros	16	3.260.177,90	3.073.444,66
PROVISÕES	17	3.848.873,56	3.216.519,73
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	2.092.556,52	1.608.094,80
OUTROS PASSIVOS	19	10.191.944,82	8.432.652,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	71.390.247,38	58.753.084,39
CAPITAL SOCIAL		36.052.142,23	35.609.415,77
RESERVAS DE SOBRAS		32.263.845,36	21.305.835,61
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.074.259,79	1.837.833,01
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		467.615.040,93	357.130.225,62

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

(Unidade de Apresentação: reais - R\$)

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		35.237.110,59	60.820.146,25	29.326.593,90
Operações de Crédito	22	20.628.865,51	36.898.549,21	21.483.578,57
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4 (a)	14.608.245,08	23.921.597,04	7.843.015,33
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(19.238.603,35)	(31.281.603,62)	(10.750.858,69)
Operações de Captação no Mercado	13 (d)	(14.798.107,43)	(24.877.550,56)	(7.133.457,82)
Operações de Empréstimos e Repasses	15 (b)	(263.663,66)	(364.630,67)	(147.313,52)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.176.832,26)	(6.039.422,39)	(3.470.087,35)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.998.507,24	29.538.542,63	18.575.735,21
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(6.734.993,65)	(12.643.805,87)	(9.082.237,60)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	4.092.552,03	7.804.181,13	7.340.463,14
Rendas de Tarifas	25	3.321.607,64	6.382.049,78	5.645.575,09
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(8.366.580,75)	(16.060.312,58)	(13.342.413,58)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(6.573.579,20)	(12.073.918,06)	(10.651.626,73)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(294.043,36)	(568.939,47)	(572.713,43)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	2.367.001,83	4.130.308,89	3.764.519,40
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(1.281.951,84)	(2.257.175,56)	(1.266.041,49)
PROVISÕES	31	(491.258,15)	(579.905,21)	(265.424,82)
Provisões/Reversões para Contingências		(261.252,63)	(297.910,89)	(122.692,91)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(230.005,52)	(281.994,32)	(142.731,91)
RESULTADO OPERACIONAL		8.772.255,44	16.314.831,55	9.228.072,79
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		82.840,13	33.843,73	104.454,85
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		8.855.095,57	16.348.675,28	9.332.527,64
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	(716.590,48)	(1.354.521,44)	(1.085.007,87)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(432.833,63)	(827.213,33)	(617.925,13)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(283.756,85)	(527.308,11)	(467.082,74)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		8.138.505,09	14.994.153,84	8.247.519,77

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

(Unidade de Apresentação: reais - R\$)

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		8.138.505,09	14.994.153,84	8.247.519,77
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		8.138.505,09	14.994.153,84	8.247.519,77

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Unidade de Apresentação: reais - R\$)

Saldos em 31/12/2020	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
	35.009.851,47	(245.763,44)	15.572.470,94	2.058.710,24	52.395.269,21
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior				(102.935,51)	(102.935,51)
Distribuição de sobras para associados	1.941.601,76			(1.955.774,73)	(14.172,97)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.883.348,11	31.831,70			1.915.179,81
Por Devolução (-)	(3.011.453,83)				(3.011.453,83)
Reversão/Realização de Fundos				199.728,82	199.728,82
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital				8.247.519,77	8.247.519,77
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva			5.733.364,67	(5.733.364,67)	
FATES - Atos Cooperativos			-	(819.052,10)	(819.052,10)
FATES - Atos Não Cooperativos			-	(56.998,81)	(56.998,81)
Saldos em 31/12/2021	35.823.347,51	(213.931,74)	21.305.835,61	1.837.833,01	58.753.084,39
Saldos em 31/12/2021	35.823.347,51	(213.931,74)	21.305.835,61	1.837.833,01	58.753.084,39
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	925.564,36			(1.837.833,01)	(912.268,65)
Outros Eventos/Reservas			198.100,51		198.100,51
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.297.952,99	(36.828,02)			1.261.124,97
Por Devolução (-)	(1.743.862,87)				(1.743.862,87)
Estorno de Capital	(100,00)				(100,00)
Reversão/Realização de Fundos				594.929,89	594.929,89
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital				14.994.153,84	14.994.153,84
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva			10.759.909,24	(10.759.909,24)	
FATES - Atos Cooperativos				(1.537.129,89)	(1.537.129,89)
FATES - Atos Não Cooperativos				(217.784,81)	(217.784,81)
Saldos em 31/12/2022	36.302.901,99	(250.759,76)	32.263.845,36	3.074.259,79	71.390.247,38
Saldos em 30/06/2022	35.607.534,01	(221.632,39)	21.305.835,61	8.693.481,76	65.385.218,99
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	925.564,36			(1.837.833,01)	(912.268,65)
Outros Eventos/Reservas			198.100,51		198.100,51
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	702.464,61	(29.127,37)			673.337,24
Por Devolução (-)	(932.660,99)				(932.660,99)
Reversão/Realização de Fundos				594.929,89	594.929,89
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital				8.138.505,09	8.138.505,09
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva			10.759.909,24	(10.759.909,24)	
FATES - Atos Cooperativos				(1.537.129,89)	(1.537.129,89)
FATES - Atos Não Cooperativos				(217.784,81)	(217.784,81)
Saldos em 31/12/2022	36.302.901,99	(250.759,76)	32.263.845,36	3.074.259,79	71.390.247,38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Unidade de Apresentação: reais - R\$)

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		8.855.095,57	16.348.675,28	9.332.527,64
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	29	(942.789,00)	(942.789,00)	(267.714,01)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(358.552,40)	(314.595,32)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	4.176.832,26	6.039.422,39	3.470.087,35
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	230.005,52	281.994,32	142.731,91
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	-	-	39,02
Provisões/Reversões para Contingências	31	261.252,63	297.910,89	122.692,91
Atualização de Depósitos em Garantia	29	(160.957,33)	(160.957,33)	(58.730,74)
Depreciações e Amortizações	27	365.530,88	687.028,46	611.901,49
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		12.784.970,53	22.192.732,61	13.038.940,25
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Operações de Crédito		(6.369.961,55)	(26.097.391,52)	(88.653.606,44)
Outros Ativos Financeiros		(1.503.866,89)	(2.787.610,64)	(1.595.264,18)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(209.649,91)	21.033,22	(391.055,77)
Outros Ativos		585.205,28	70.960,40	(135.298,87)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		8.931.644,62	9.001.237,76	(882.886,16)
Depósitos a Prazo		29.967.976,45	49.119.466,90	20.827.552,09
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		(2.941.000,92)	24.818.702,60	6.552.498,33
Relações Interfinanceiras		7.854.937,36	11.845.404,37	(3.660.254,77)
Outros Passivos Financeiros		1.799.703,34	186.733,24	1.835.962,51
Provisões		2.309,55	52.448,62	(461.406,01)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		201.147,80	214.948,16	79.649,59
Outros Passivos		756.670,74	1.759.291,90	2.348.013,00
FATES - Atos Cooperativos		(1.537.129,89)	(1.537.129,89)	(819.052,10)
FATES - Atos Não Cooperativos		(217.784,81)	(217.784,81)	(56.998,81)
Outras Destinações		-	-	(102.935,51)
Imposto de Renda Pago		-	(617.925,14)	(99.246,00)
Contribuição Social Pago		-	(467.082,74)	(70.539,15)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		50.105.171,70	87.558.035,04	(52.245.928,00)
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	43.893,45	9.598,76
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	314.658,95	304.996,56
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		942.789,00	942.789,00	267.714,01
Aquisição de Intangível		(4.800,00)	(177.182,33)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.122.245,32)	(3.110.810,31)	(2.946.001,29)
Aquisição de Investimentos		(990.637,79)	(1.213.917,53)	(533.298,96)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(2.174.894,11)	(3.200.568,77)	(2.896.990,92)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		673.337,24	1.261.124,97	1.915.179,81
Devolução de Capital à Cooperados		(932.660,99)	(1.743.862,87)	(3.011.453,83)
Estorno de Capital		-	(100,00)	-
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		(912.268,65)	(912.268,65)	(14.172,97)
Reversão/Realização de Fundos		594.929,89	594.929,89	199.728,82
Outros Eventos/Reservas		198.100,51	198.100,51	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(378.562,00)	(602.076,15)	(910.718,17)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		47.551.715,59	83.755.390,12	(56.053.637,09)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	202.619.167,25	166.415.492,72	222.469.129,81
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	250.170.882,84	250.170.882,84	166.415.492,72
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		47.551.715,59	83.755.390,12	(56.053.637,09)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE**, doravante denominado **SICOOB CREDIVALE**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09/05/1988, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIVALE, sediado à RUA ANTÔNIO ALVES BENJAMIN, Nº 241, CENTRO, TEÓFILO OTONI - MG, possui 26 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: TEÓFILO OTONI - MG, ATALEIA - MG, NOVO ORIENTE DE MINAS - MG, POTÉ - MG, CARAÍ - MG, MALACACHETA - MG, NOVO CRUZEIRO - MG, PADRE PARAÍSO - MG, CATUJI - MG, ITAIPÉ - MG, PONTO DOS VOLANTES - MG, ARAÇUAÍ - MG, ALMENARA - MG, JORDÂNIA - MG, BANDEIRA - MG, RIO DO PRADO - MG, JEQUITINHONHA - MG, ITAOBIM - MG, SANTA MARIA DO SALTO - MG, SANTO ANTÔNIO DO JACINTO - MG, JOAÍMA - MG, FELISBURGO - MG.

O SICOOB CREDIVALE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já

aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 28/02/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota 39.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de

de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CREDIVALE contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou operações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a database do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIVALE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
- Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	6.013.638,91	4.466.024,14
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) - Nota 35.2 (a)	244.157.243,93	161.949.468,58
TOTAL	250.170.882,84	166.415.492,72

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	14.608.245,08	23.921.597,04	7.843.015,33

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	-	8.600.723,73	-	-
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	-	373.484,91	-	-
TOTAL (a)	-	8.974.208,64	-	-

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

(b) Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	81.469.078,14	36.971.254,53	118.440.332,67	61.650.879,34	34.570.818,17	96.221.697,51
Financiamentos	12.035.458,32	22.626.503,30	34.661.961,62	8.528.007,77	20.409.337,79	28.937.345,56
Financiamentos Rurais	22.062.207,19	22.642.257,26	44.704.464,45	18.073.391,57	30.389.510,38	48.462.901,95
Total de Operações de Crédito	115.566.743,65	82.240.015,09	197.806.758,74	88.252.278,68	85.369.666,34	173.621.945,02
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.191.796,51)	(2.339.586,60)	(7.531.383,11)	(2.500.664,08)	(1.809.652,08)	(4.310.316,16)
TOTAL	110.374.947,14	79.900.428,49	190.275.375,63	85.751.614,60	83.560.014,26	169.311.628,86

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
A 0,50% Normal	36.924.042,87	10.463.864,33	18.355.398,40	65.743.305,60	(328.716,58)	59.848.068,47	(299.240,38)
B 1% Normal	37.976.970,26	14.189.288,79	10.099.149,28	62.265.408,33	(622.654,13)	57.782.700,36	(577.827,04)
B 1% Vencidas	92.054,61	27.687,82	-	119.742,43	(1.197,47)	41.115,46	(411,19)
C 3% Normal	22.403.259,02	5.517.369,87	3.634.048,94	31.554.677,83	(946.640,38)	25.851.377,91	(775.541,38)
C 3% Vencidas	471.017,00	82.542,36	20.752,28	574.311,64	(17.229,40)	344.156,83	(10.324,74)
D 10% Normal	3.370.543,37	634.933,91	326.248,35	4.331.725,63	(433.172,61)	5.690.271,84	(569.027,22)
D 10% Vencidas	200.545,87	291.658,45	-	492.204,32	(49.220,48)	253.019,69	(25.302,01)
E 30% Normal	623.343,89	49.616,33	116.866,31	789.826,53	(236.948,01)	590.170,63	(177.051,23)
E 30% Vencidas	256.590,31	34.142,83	-	290.733,14	(87.219,99)	163.594,74	(49.078,45)
F 50% Normal	344.817,02	64.631,02	40.270,57	449.718,61	(224.859,36)	38.824,89	(19.412,48)
F 50% Vencidas	225.939,00	92.778,13	-	318.717,13	(159.358,62)	210.566,33	(105.283,20)
G 70% Normal	344.631,57	32.607,47	-	377.239,04	(264.067,37)	265.294,43	(185.706,13)
G 70% Vencidas	307.822,13	208.774,81	-	516.596,94	(361.617,85)	79.618,89	(55.733,21)
H 100% Normal	568.447,35	53.737,40	-	622.184,75	(622.184,75)	570.871,89	(570.871,89)
H 100% Vencidas	2.793.629,10	176.121,88	206.545,13	3.176.296,11	(3.176.296,11)	889.505,61	(889.505,61)
Total Normal	114.092.734,65	33.748.255,34	44.477.167,04	192.318.157,03	(3.679.243,19)	171.640.367,47	(3.174.677,75)
Total Vencidos	4.347.598,02	913.706,28	227.297,41	5.488.601,71	(3.852.139,92)	1.981.577,55	(1.135.638,41)
Total Geral	118.440.332,67	34.661.961,62	44.704.464,45	197.806.758,74	(7.531.383,11)	173.621.945,02	(4.310.316,16)
Provisões	(5.976.800,32)	(957.805,04)	(596.777,75)	(7.531.383,11)		(4.310.316,16)	
Total Líquido	112.463.532,35	33.704.156,58	44.107.686,70	190.275.375,63		169.311.628,86	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	42.889.470,29	38.579.607,85	36.971.254,53	118.440.332,67
Financiamentos	3.206.700,85	8.828.757,47	22.626.503,30	34.661.961,62
Financiamentos Rurais	4.917.653,52	17.144.553,67	22.642.257,26	44.704.464,45
TOTAL	51.013.824,66	64.552.918,99	82.240.015,09	197.806.758,74

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	44926	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	26.301.795,64	8.365.497,64	-	34.667.293,28	17,53%
Setor Privado - Indústria	161.974,02	159.686,25	-	321.660,27	0,16%
Setor Privado - Serviços	42.245.736,86	11.791.688,55	-	54.037.425,41	27,32%
Pessoa Física	49.138.142,22	14.266.134,91	44.704.464,45	108.108.741,58	54,65%
Outros	592.683,93	78.954,27	-	671.638,20	0,34%
TOTAL	118.440.332,67	34.661.961,62	44.704.464,45	197.806.758,74	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	4.310.316,16	1.555.132,45
Constituições/ Reversões no período	5.133.779,30	3.211.766,13
Transferência para prejuízo no período	(1.912.712,35)	(456.582,42)
Saldo Final	7.531.383,11	4.310.316,16

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	2.507.670,31	1,23%	2.654.945,96	1,49%
10 Maiores Devedores	16.206.113,22	7,94%	16.319.348,66	9,17%
50 Maiores Devedores	40.600.375,20	19,88%	39.047.582,60	21,94%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	4.150.645,23	3.803.355,55
Valor das operações transferidas no período	2.329.196,75	530.978,28
Valor das operações recuperadas no período	(548.878,71)	(125.352,03)
Valor das operações renegociadas no período	(127.359,10)	(44.227,97)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(5.459,26)	(14.108,60)
Saldo Final	5.798.144,91	4.150.645,23

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	799.558,36	-	302.098,06	-
Rendas a Receber (b)	3.102.959,51	-	1.503.146,95	-
Títulos e Créditos a Receber (c)	306.489,00	-	230.488,88	-
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	2.763.489,41	50.892,32	2.271.007,52
TOTAL	4.209.006,87	2.763.489,41	2.086.626,21	2.271.007,52

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 29.277,41); Rendas de Cartões (R\$ 241.618,02); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 2.708.290,12); e outros (R\$ 123.773,96);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 306.489,00);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis Folha (R\$ 1.066.887,37); Cofins (R\$ 1.498.143,68); e outros (R\$ 198.458,36).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(787.906,72)	-	(215.834,50)	-
TOTAL	(787.906,72)		(215.834,50)	

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E	30%	Normal	-	-	-	651,60	(195,50)
E	30%	Vencidas	3.762,27	3.762,27	(1.128,67)	79.361,78	(23.808,55)
F	50%	Vencidas	6.731,94	6.731,94	(3.365,97)	51.579,32	(25.789,68)
G	70%	Vencidas	18.840,29	18.840,29	(13.188,22)	14.882,09	(10.417,50)
H	100%	Vencidas	770.223,86	770.223,86	(770.223,86)	155.623,27	(155.623,27)
Total Normal			-	-	-	651,60	(195,50)
Total Vencidos			799.558,36	799.558,36	(787.906,72)	301.446,46	(215.639,00)
Total Geral			799.558,36	799.558,36	(787.906,72)	302.098,06	(215.834,50)
Provisões			(787.906,72)	(787.906,72)	-	(215.834,50)	-
Total Líquido			11.651,64	11.651,64	-	86.263,56	-

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	370.022,55	-	391.055,77	-
TOTAL	370.022,55	-	391.055,77	-

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	56.143,43	-	115.353,43	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	62.676,78	-	176.033,23	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	60.912,40	-	27.900,28	-
Devedores Diversos – País (a)	46.037,61	-	115.817,52	-
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	877.020,89	-	877.020,89
Despesas Antecipadas (c)	293.706,31	-	195.868,21	-
Sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(40.535,74)	-
TOTAL	519.476,53	877.020,89	590.436,93	877.020,89

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos à Diferença de Caixa (R\$ 11.478,40); Pendências a Regularizar (R\$ 25.914,90); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 323,00); Pendências - Avais e Fianças Honrados (R\$ 1.054,74); e gastos pré-operacionais aguardando inauguração do Posto de Atendimento-PA (R\$ 7.266,57);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	-	7.434.654,99
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	-	325.636,12
TOTAL (a)	-	7.760.291,11

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		3.367.234,44	2.065.577,80
Terrenos		875.389,60	875.389,60
Edificações	4%	3.407.215,01	3.360.141,75
Instalações	10%	800.459,70	515.323,82
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.359.262,69	1.818.410,13
Sistema de Comunicação	20%	820,00	820,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.401.863,52	2.217.949,06
Sistema de Segurança	10%	928.266,61	874.176,83
Sistema de Transporte	20%	298.359,62	272.724,93
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		730.620,26	231.352,20
Total de Imobilizado de Uso		15.169.491,45	12.231.866,12
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.243.588,47)	(1.109.052,31)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(271.729,62)	(219.842,20)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.370.905,63)	(3.036.163,43)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(166.291,66)	(219.305,97)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(28.804,64)	(5.002,10)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(5.081.320,02)	(4.589.366,01)
TOTAL		10.088.171,43	7.642.500,11

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	177.182,33	-
Intangível		177.182,33	-
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(21.889,47)	-
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(21.889,47)	-
TOTAL		155.292,86	-

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	123.513.224,72	-	114.511.986,96	-
Depósito a Prazo (b)	208.525.555,34	-	159.406.088,44	-
TOTAL	332.038.780,06	-	273.918.075,40	-

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas apropriadas registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	9.726.156,94	2,68%	9.838.961,74	3,49%
10 Maiores Depositantes	55.448.542,31	15,29%	44.773.657,99	15,90%
50 Maiores Depositantes	122.553.852,77	33,80%	88.405.826,54	31,40%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(12.592.136,65)	(21.593.204,33)	(6.591.614,85)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.426.919,68)	(2.084.229,97)	(104.689,03)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(517.239,96)	(715.038,98)	(34.760,94)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(261.811,14)	(485.077,28)	(402.393,00)
TOTAL	(14.798.107,43)	(24.877.550,56)	(7.133.457,82)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	7.598.834,01	-	1.424.320,70	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	1.317.938,55	22.454.428,37	263.753,51	4.864.424,12
TOTAL	8.916.772,56	22.454.428,37	1.688.074,21	4.864.424,12

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	3.146.507,79	10.274.751,97	55.711,36	1.520.144,03
TOTAL	3.146.507,79	10.274.751,97	55.711,36	1.520.144,03

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 6,53% ao ano, com vencimento até 19/12/2024.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(263.663,66)	(364.630,67)	(147.313,52)
TOTAL	(263.663,66)	(364.630,67)	(147.313,52)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	3.049.460,80	-	2.889.620,78	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	128.892,24	-	67.811,42	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	81.824,86	-	116.012,46	-
TOTAL	3.260.177,90	-	3.073.444,66	-

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 32.751,80); Ordens de Pagamento (R\$ 3.016.635,00); e outros (R\$ 74,00);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 73.527,88); Municipais (R\$ 3.249,55); e outros (R\$ 5.047,43).

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	533.871,99	7.105,88	253.188,82	5.794,73
Provisão Para Contingências (b)	-	3.307.895,69	50.892,32	2.906.643,86
TOTAL	533.871,99	3.315.001,57	304.081,14	2.912.438,59

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	24.855.615,40	17.336.685,93
TOTAL	24.855.615,40	17.336.685,93

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA	1.086.130,52	1.066.887,37	918.932,49	908.168,14
COFINS	1.498.143,68	1.498.143,68	1.376.789,03	1.376.789,03
Trabalhistas	195.175,52	39.406,15	661.814,66	36.942,67
Outras Contingências	528.445,97	159.052,21	-	-
TOTAL	3.307.895,69	2.763.489,41	2.957.536,18	2.321.899,84

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIVALE, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 401.435,00**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	1.354.521,43	-	1.085.007,87	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	41.809,14	-	27.725,98	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	502.540,85	-	401.649,66	-
Outros	193.685,10	-	93.711,29	-
TOTAL	2.092.556,52	-	1.608.094,80	-

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	6.398.640,13	-	4.849.734,81	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.104.749,87	-	818.611,19	-
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	2.288.733,27	-	2.069.722,64	-
Credores Diversos – País (d)	399.821,55	-	694.584,28	-
TOTAL	10.191.944,82	-	8.432.652,92	-

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Gratificações e Participações a Pagar	756.018,52	-	480.419,69	-
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	3.402.187,83	-	3.288.866,15	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	2.240.433,78	-	1.080.448,97	-
TOTAL	6.398.640,13	-	4.849.734,81	-

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 1.520.911,99); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 98.531,39); Seguro Prestamista (R\$ 167.765,83); Despesas com Cartões (R\$ 44.464,69); Compensação (R\$ 128.486,64); Outras Despesas Administrativas (R\$ 151.800,56); e outros (R\$ 176.772,17);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 85,41); Pendência a Regularizar (R\$ 16.177,36); Diferença de Caixa (R\$ 18.452,99); Crédito de Terceiros (R\$ 8.263,51); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 61.560,61); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 200.774,52); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 35.441,60); Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado (R\$ 25.660,04); e outros (R\$ 33.405,51).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	36.052.142,23	35.609.415,77
Associados	23.383,00	17.378,00

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$198.100,51.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

- 100% para os associados, no valor de R\$1.837.833,01.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	14.994.153,84	8.247.519,77
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(217.784,81)	(56.998,81)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	594.929,89	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	15.371.298,92	8.190.520,96
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(10.759.909,24)	(5.733.364,67)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(1.537.129,89)	(819.052,10)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	-	199.728,82
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.074.259,79	1.837.833,01

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	6.051.813,88	6.248.358,69
Despesas específicas de atos não cooperativos	(833.756,07)	(780.563,24)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.974.727,80)	(3.028.452,41)
Resultado operacional	3.243.330,01	2.439.343,04
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	33.843,73	104.454,85
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.277.173,74	2.543.797,89
IRPJ/CSLL	(1.354.521,44)	(1.085.007,87)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(1.704.867,49)	(1.401.791,21)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	217.784,81	56.998,81

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	200.262,74	363.129,35	196.709,36
Rendas de Empréstimos	11.992.996,25	21.319.117,79	13.432.465,03
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.146.452,52	5.050.412,26	1.948.600,74
Rendas de Financiamentos	2.838.373,50	5.148.625,78	2.539.931,18
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.892.951,00	4.044.635,73	2.937.519,68
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	93.297,33	155.225,97	1.107,14
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	37.327,78	70.599,17	170.997,70
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	427.204,39	746.803,16	256.247,74
TOTAL	20.628.865,51	36.898.549,21	21.483.578,57

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(14.798.107,43)	(24.877.550,56)	(7.133.457,82)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(263.663,66)	(364.630,67)	(147.313,52)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.994.370,91	3.675.489,95	1.574.067,02
Reversões de Provisões para Outros Créditos	118.495,84	142.783,81	50.839,60
Provisões para Operações de Crédito	(5.581.351,38)	(8.809.134,70)	(4.785.832,15)
Provisões para Outros Créditos	(708.347,63)	(1.048.561,45)	(309.161,82)
TOTAL	(19.238.603,35)	(31.281.603,62)	(10.750.858,69)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	1.026.513,98	1.967.736,18	1.874.400,15
Rendas de Transferências de Fundos	-	-	16.945,54
Rendas de Garantias Prestadas	2.030,13	2.030,13	29,59
Rendas de Convênios	86.815,36	182.178,00	172.201,46
Rendas de Comissão	2.029.395,88	3.876.206,43	3.806.237,18
Rendas de Cartões	614.033,54	1.111.635,23	937.907,31
Rendas de Outros Serviços	333.763,14	664.395,16	532.741,91
TOTAL	4.092.552,03	7.804.181,13	7.340.463,14

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.346.956,98	2.569.375,28	2.192.638,33
Rendas de Serviços Prioritários - PF	181.024,50	352.211,50	340.916,25
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	132,00	278,00	199,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.793.494,16	3.460.185,00	3.111.821,51
TOTAL	3.321.607,64	6.382.049,78	5.645.575,09

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(35.394,00)	(69.985,50)	(39.606,66)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(687.691,69)	(1.376.943,04)	(1.224.080,72)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.470.125,95)	(2.653.506,09)	(2.045.366,34)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.549.773,80)	(3.051.164,63)	(2.499.506,37)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.502.241,97)	(8.664.088,64)	(7.359.648,94)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6.060,00)	(9.871,74)	(7.232,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(115.293,34)	(234.752,94)	(166.972,55)
TOTAL	(8.366.580,75)	(16.060.312,58)	(13.342.413,58)

27. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(113.434,79)	(256.275,18)	(321.309,59)
Despesas de Aluguéis	(413.138,48)	(719.840,04)	(546.431,50)
Despesas de Comunicações	(340.362,59)	(660.048,96)	(553.423,24)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(84.670,51)	(169.993,85)	(132.803,82)
Despesas de Material	(141.350,26)	(237.187,27)	(165.269,94)
Despesas de Processamento de Dados	(899.361,14)	(1.677.376,83)	(1.391.454,62)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(207.549,90)	(240.054,25)	(89.596,14)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(51.906,77)	(94.235,62)	(39.143,00)
Despesas de Publicações	-	(5.150,00)	(13.725,00)
Despesas de Seguros	(39.040,16)	(69.360,44)	(395.897,57)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.458.487,85)	(2.636.321,82)	(2.360.849,80)
Despesas de Serviços de Terceiros	(340.573,09)	(574.668,31)	(333.951,17)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(362.477,64)	(693.811,93)	(753.390,27)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(336.917,39)	(707.616,87)	(676.644,46)
Despesas de Transporte	(397.083,09)	(826.557,02)	(784.729,31)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(414,11)
Despesas de Viagem no País	(128.241,16)	(221.548,63)	(142.497,00)
Despesas de Amortização	(17.246,24)	(21.889,47)	-
Despesas de Depreciação	(348.284,64)	(665.138,99)	(611.901,49)
Despesas de Emolumentos Cartorários	(31.901,94)	(52.456,02)	(46.255,74)
Despesas Rateadas da Central	(342.749,80)	(606.103,44)	(628.787,69)
Despesas Rateadas do Sicoob Confederação	(113.783,04)	(221.078,08)	(185.150,25)
Despesa de Contribuição a OCE	(63.268,02)	(115.991,40)	(91.346,94)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(123.300,58)	(271.415,63)	(191.297,80)
Despesas de Serviços de Tesouraria do Banco Sicoob	-	-	(267,90)
Outras Despesas Administrativas	(218.450,12)	(329.798,01)	(195.088,38)
TOTAL	(6.573.579,20)	(12.073.918,06)	(10.651.626,73)

28. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(16.143,17)	(32.876,97)	(27.712,26)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(133.613,17)	(253.214,87)	(250.215,39)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(124.115,80)	(242.072,55)	(249.934,36)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(20.171,22)	(40.775,08)	(44.851,42)
TOTAL	(294.043,36)	(568.939,47)	(572.713,43)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	109.537,39	325.215,46	1.035.216,69
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	81.067,99	-
Dividendos	-	43.893,45	9.598,76
Distribuição de sobras da central	-	314.658,95	304.996,56
Atualização depósitos judiciais	160.957,33	160.957,33	58.730,74
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	131,20	1.233,31
Outras rendas operacionais	55.431,84	91.775,26	69.089,35
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.098.286,27	2.169.820,25	2.017.939,98
Juros ao Capital Recebidos da Central	942.789,00	942.789,00	267.714,01
TOTAL	2.367.001,83	4.130.308,89	3.764.519,40

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(3.357,45)	-
Outras Despesas Operacionais	(202.948,93)	(417.283,30)	(311.954,60)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	-	-	(5.527,26)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(280.201,78)	(515.345,47)	(392.565,23)
Outras Contribuições Diversas	(283.977,81)	(560.731,45)	(217.094,11)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(30.453,74)	(121.497,77)	(70.867,93)
Perdas - Fraudes Externas	(43.530,23)	(43.530,23)	(56.077,82)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(500,00)	(500,00)	(12.195,22)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	-	(30,50)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(440.339,35)	(594.929,89)	(199.728,82)
TOTAL	(1.281.951,84)	(2.257.175,56)	(1.266.041,49)

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(261.252,63)	(297.910,89)	(122.692,91)
Provisões para Contingências	(727.891,77)	(816.434,31)	(122.692,91)
Reversões de Provisões para Contingências	466.639,14	518.523,42	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(230.005,52)	(281.994,32)	(142.731,91)
Provisões para Garantias Prestadas	(430.525,05)	(653.821,00)	(307.721,81)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	200.519,53	371.826,68	164.989,90
TOTAL	(491.258,15)	(579.905,21)	(265.424,82)

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	100.000,00
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	49.000,00	49.000,00	-
Ganhos de Capital	15.651,01	80.818,00	38.540,13
Outras Rendas Não Operacionais	33.537,97	34.060,24	-
(-) Perdas de Capital	- 15.348,85	- 127.136,50	- 23.968,43
(-) Despesas de Outras Provisões Não Operacionais	-	-	39,02
(-) Outras Despesas Não Operacionais	-	2.898,01	10.077,83
TOTAL	82.840,13	33.843,73	104.454,85

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	33.660.734,49	5,5939%	156.202,42
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.287.745,80	0,2140%	5.316,49
TOTAL	34.948.480,29	5,8079%	161.518,91
Montante das Operações Passivas	9.753.369,47	3,1376%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022

Empréstimos e Financiamentos	0,3910%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	7,4424%
Crédito Rural (modalidades)	0,2056%
Aplicações Financeiras	3,1375%

b) Total geral das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.041,42	41,50	0,2156%
Conta Garantida	94.458,44	944,44	1,8632%
Financiamentos Rurais	796.742,56	3.951,13	1,7822%
Empréstimos	973.146,35	7.588,82	1,0872%
Financiamentos	300.039,62	1.923,40	0,8656%
Direitos Creditórios Descontados	2.198.929,75	8.666,17	10,6750%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.139.872,90	0,9318%	0%
Depósitos a Prazo	1.824.117,07	0,8748%	1,1120%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.102.056,07	4,6359%	1,0610%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,3500%	1,27
Empréstimos	1,4092%	23,13
Financiamentos	1,0800%	58,04
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	94,1902%	165,00
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,0671%	38,23

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	230.547,19
Crédito Rural	2.434.717,57
Direitos Creditórios Descontados	3.944.429,06
Empréstimos	2.774.294,01
Financiamentos	300.039,62

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	552.388,44	425.230,75

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(153.512,24)	(303.972,36)	(258.672,02)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(687.691,69)	(1.376.943,04)	(1.224.080,72)
F.G.T.S. Diretoria	(61.025,96)	(121.211,80)	(13.209,37)
Plano de Saúde	(7.048,36)	(10.325,02)	-

35.2 Cooperativa Central

A SICOOB CREDIVALE, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIVALE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	244.157.243,93	161.949.468,58
Ativo – Investimentos – Nota 10	-	7.434.654,99
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 5	8.600.723,73	-
Total das Operações Ativas	252.757.967,66	169.384.123,57

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	14.608.245,08	23.921.597,04	7.843.015,33
Total das Receitas	14.608.245,08	23.921.597,04	7.843.015,33
Rateio de Despesas da Central	(342.749,80)	(606.103,44)	(628.787,69)
Total das Despesas	(342.749,80)	(606.103,44)	(628.787,69)

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	65.837.361,34	54.214.533,19
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	256.357.637,64	210.511.398,10
Índice de Basileia (mínimo 12%) % (a)	25,68	25,75
Imobilizado para cálculo do limite	10.088.171,43	7.642.500,11
Índice de imobilização (limite 50%) %	15,32	14,09

(a) Em 31/12/2021 o índice mínimo era de 11% em razão da redação dada pela Resolução CMN 4.813/2020, e em 31/12/2022 voltou a ser de 12%.

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

TEÓFILO OTONI-MG

MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR CRC/MG 091.409/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito Credivale Ltda. - Sicoob Credivale
Teófilo Otoni/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Credivale Ltda. - Sicoob Credivale (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Credivale Ltda. - Sicoob Credivale em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC- 1SP300534/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credivale Ltda – Sicoob Credivale, reunidos em 28 de março de 2023, em cumprimento às disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Teófilo Otoni-MG, 28 de março de 2023.

Gildásio Andrade Gomes
Coordenador do Conselho Fiscal

Fernando Fernandes Gomes
Secretário do Conselho Fiscal

Bezaniro Pereira dos Santos
Conselheiro Fiscal Efetivo

QUER CRESCER JUNTO?

Venha para o Sicoob Credivale.

Fazer parte do Sicoob Credivale é mais que contar com soluções financeiras completas e taxas mais justas para cuidar do seu dinheiro. É participar das decisões e dos resultados, promovendo o desenvolvimento de toda a comunidade por meio da cooperação.

Veja Algumas vantagens:

Em vez de ser cliente, ser dono.

Ao entrar para uma cooperativa, você une forças com outros cooperados e passa a ser dono também

Ter voz ativa e poder de decisão.

Quem coopera, além de toda autonomia e independência,

Participar dos resultados.

No Sicoob Credivale, você participa da distribuição dos resultados anuais da cooperativa.

Crescimento para todos.

Quando um Cooperado cresce, ele leva junto a economia da sua comunidade.

PRODUTOS E SERVIÇOS



Cartões



Crédito



Investimentos



Pagamentos



Previdência



Seguros



Consórcios



Serviços



Recebimentos

www.sicoobcredivalemg.com.br



/sicoobcredivaleoficial



(33) 3529-4800

 **SICOOB** 35 ANOS
Credivale 

Mais que
uma opção
financeira,
uma opção
mais justa
para cuidar do
seu dinheiro.



Mais
que uma escolha
FINANCEIRA. 



Fazer parte do Sicoob é mais que contar com soluções financeiras completas e taxas mais justas para cuidar do seu dinheiro. É participar das decisões e dos resultados, promovendo o desenvolvimento de toda a comunidade por meio da cooperação.

Com os benefícios do cooperativismo,
fica fácil escolher a sua instituição financeira.

CONHEÇA OS SERVIÇOS PARA SE ASSOCIAR E UNIR SUA VOZ EM
[SICOOB.COM.BR/MADUEIRAESCOLA](https://www.sicoob.com.br/madueiraescola)



CENTRAL DE ATENDIMENTO
Linha de atendimento especializada: 0800 111111
Serviço de atendimento: 0800 41 1000
SAC: 24 horas: 0800 111 0200
Banco: 0800 111 1111 - Atende a mais de 30 milhões de associados e clientes
Solicite o endereço de atendimento: 0800 111 1111 - Atende a mais de 30 milhões de associados e clientes

 **SICOOB** 35 ANOS
Credivale 

Sicoob 
Credivale
35 ANOS



Relatório
Anual **2022**

 @sicoobcredivaleoficial
 /sicoobcredivaleoficial
 (33) 3529-4800

 sicoobcredivale
 sicoobcredivaleoficial

 **SICOOB** **35** ANOS
Credivale 